

Relatório de Acompanhamento Fiscal

14 DE SETEMBRO DE 2022 • Nº 68

DESTAQUES

- Projeção para o PIB em 2023 se mantém em 0,6%, mas subiria para 1,0% com manutenção de estímulos fiscais.
- Em cenário alternativo, considerando ainda a extensão da desoneração sobre combustíveis, inflação de 2023 passaria de 4,9% (base) para 4,7%.
- Despesas não recorrentes somaram R\$ 60,1 bilhões em agosto de 2022.
- Despesa com Auxílio Brasil de R\$ 600 não cabe no teto de gastos da União de 2023.
- Deficit primário do governo central pode alcançar R\$ 91,6 bilhões em 2023.
- Superavit primário de estados e municípios começou a cair em junho.
- Taxas de emissões nos leilões de dívida caíram em julho e agosto.
- Dívida bruta pode alcançar 81,7% do PIB em 2023.
- Piso da enfermagem teria impacto anual de R\$ 5,5 bilhões no setor público, concentrado nos entes subnacionais.



SENADO FEDERAL

Presidente do Senado Federal

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE

Diretor-Executivo

Daniel Veloso Couri

Diretora

Vilma da Conceição Pinto

Analistas

Alessandro Ribeiro de Carvalho Casalecchi

Alexandre Augusto Seijas de Andrade

Pedro Henrique Oliveira de Souza

Rafael da Rocha Mendonça Bacciotti

Assessora de Comunicação

Carla Cristina Osório Caldas

Estagiários

Allanda Martins Dias

Pedro Ribeiro de Santana Gonzaga

Layout do relatório

COMAP/SECOM e SEFPRO/SEGRAF



Carta de Apresentação

O Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) é a análise mensal de conjuntura da IFI e atende às finalidades previstas no art. 1º da Resolução do Senado nº 42, de 2016. Periodicamente, em geral nos meses de maio e novembro, o RAF apresenta também uma ampla revisão do cenário fiscal para dez anos à frente. Sem prejuízo dessas revisões, com foco no médio prazo, a partir de junho deste ano, passamos a atualizar mensalmente as projeções como forma de captar de forma mais tempestiva as dinâmicas de curto prazo das variáveis econômicas.

Neste RAF, atualizamos o cenário base da IFI para 2022 e 2023 considerando que a vigência das medidas de estímulo fiscal adotadas este ano sejam mantidas. Em um cenário alternativo, contemplamos a possibilidade de prorrogação para o ano de 2023 dessas medidas de estímulo fiscal, a saber, benefícios tributários e adicional de R\$ 200 mensais por família referente ao Programa Auxílio Brasil (PAB). Neste contexto de incerteza, a elaboração dos cenários alternativos traz luz aos eventuais riscos associados ao impacto fiscal dessas medidas.

A primeira parte do RAF analisa o contexto macroeconômico. A projeção para o crescimento do PIB em 2022 passou de 2,0% para 2,6%. Os dados do segundo trimestre e o impacto sobre a renda disponível das medidas de estímulo fiscal concedidas pelo governo sustentam essa perspectiva, mesmo considerando os efeitos negativos da taxa Selic e da desaceleração já em curso nas grandes economias. Para 2023 a expectativa ainda é de crescimento baixo, 0,6%, podendo chegar a 1,0% com eventual manutenção de estímulos fiscais por enquanto previstos apenas para 2022.

O mercado de trabalho segue trajetória de recuperação. A taxa de desemprego caiu novamente em julho e agora está em 9,1%. A taxa de participação chegou a 62,7% e se aproxima do patamar de antes da pandemia. Nossa projeção para o desemprego médio em 2022 caiu de 9,8% para 9,6%. A massa salarial continua sob efeito da inflação elevada, com avanço real de 6,1% frente a julho de 2021, sem recuperar ainda o patamar do início de 2020.

Inflação segue recuando após medidas do governo. O IPCA registrou deflação de 0,36%, segundo mês consecutivo em terreno negativo, e agora acumula alta de 8,73% em doze meses. A desoneração dos preços dos combustíveis e da energia elétrica contribuiu para que os preços administrados observassem novo recuo (-2,55%). Além disso, os preços livres já mostram sinais de desaceleração, alta de 0,39% em agosto frente a 0,65% em julho, com destaque para a alimentação no domicílio, que saiu de 1,47% em julho para 0,01% em agosto. O novo quadro fez com que revisássemos nossa projeção do IPCA, no cenário base, para 2022, de 7,2% para 6,4%, e para 2023, de 5,0% para 4,9%.

A segunda parte do RAF trata da conjuntura fiscal. Neste mês, elevamos novamente a projeção das receitas do governo central em razão dos resultados realizados até agosto e do maior crescimento esperado para a economia em 2022. Nesse contexto, a previsão da IFI para o resultado primário da União passa a mostrar superávit de 0,7% do PIB em 2022, ante superávit de 0,3% do PIB no cenário anterior. A dívida bruta do governo geral, por sua vez, deve encerrar o ano em 78,0% do PIB, abaixo dos 78,8% projetados no relatório de agosto.

Também analisamos os efeitos da prorrogação da vigência das medidas de estímulo fiscal sobre as contas da União em 2023, a saber, desonerações tributárias e adicional de R\$ 200 do PAB. Em especial, a prorrogação do adicional do PAB, foi estimada em R\$ 51,8 bilhões. Caso esse valor seja executado dentro do atual teto de gastos, as despesas discricionárias em 2023 seriam reduzidas a um nível muito baixo (de 1,1% para 0,6% do PIB), porém caso a execução destes gastos ocorra por fora da regra, o impacto seria via aumento do déficit primário (de +0,1% para -0,9% do PIB).

Por fim, o relatório traz um destaque referente ao piso da enfermagem. Neste RAF, estimamos os custos potenciais do piso da enfermagem sobre o setor público e privado. Nas contas da IFI, o impacto anualizado da medida seria de R\$ 5,5 bilhões para o setor público e R\$ 11,9 bilhões para o setor privado.

Daniel Veloso Couri
Diretor-Executivo da IFI

Vilma da Conceição Pinto
Diretora da IFI

Resumo

- Elevamos a projeção para o PIB de 2022 de 2,0% para 2,6%. Em um cenário alternativo, mantido o benefício mensal mais elevado do programa Auxílio Brasil, a projeção para o crescimento de 2023 subiria de 0,6% para 1,0%. O aumento da renda disponível mais do que compensa a postura mais contracionista da política monetária. Assume-se, nesse cenário de maior estímulo à demanda agregada, que o aumento do risco fiscal eleva o prêmio de risco e as expectativas de inflação no horizonte relevante do Banco Central. Para a inflação, a extensão da desoneração sobre combustíveis pode retirar 0,5 p.p. da projeção do IPCA do ano que vem, embora esse efeito seria atenuado pela resiliência da demanda agregada. **(Página 7)**
- Dados levantados pela IFI no Portal Siga Brasil mostraram ter havido uma despesa primária não recorrente de R\$ 60,1 bilhões em agosto. Esse montante correspondeu ao pagamento de sentenças judiciais e precatórios, gastos com a campanha eleitoral e o pagamento feito pela União pelo direito de uso do Campo de Marte. Desconsiderando o efeito dos gastos de R\$ 60,1 bilhões, o governo central teria registrado superavit primário de R\$ 8,3 bilhões em agosto, ante o déficit observado de R\$ 51,8 bilhões. **(Página 20)**
- Os pisos nacionais para profissionais da enfermagem, estabelecidos pela lei 14.434/2022, teriam impacto anual de R\$ 5,5 bilhões no setor público, dividido em R\$ 26,9 milhões na esfera federal, R\$ 1,5 bilhão na esfera estadual, e R\$ 3,9 bilhões na esfera municipal. O debate em andamento entre autoridades federais indica que a União poderá dar suporte aos entes subnacionais, para que garantam o piso salarial da profissão. Para o setor privado, eventual apoio da União pode custar R\$ 11,9 bilhões anuais. Por ora, diante de incertezas jurídicas e da ausência de detalhes sobre o desenho das medidas de suporte da União, o impacto não foi incorporado aos cenários fiscais da IFI. **(Página 20)**
- De acordo com cálculos feitos pela IFI, o déficit primário do governo central pode atingir R\$ 91,6 bilhões em 2023 em um cenário de desonerações tributárias de R\$ 80,2 bilhões, constantes no PLOA 2023, e de pagamento do Auxílio Brasil no valor de R\$ 600 para 21,6 milhões de famílias, despesa que não cabe no teto de gastos da União projetado para o próximo ano. **(Página 27)**
- Segundo o Banco Central, o superavit primário dos entes subnacionais acumulado em 12 meses como proporção do PIB teve a segunda queda consecutiva em julho. O cruzamento dessa informação com os dados de arrecadação divulgados pelo Confaz sugere que a desaceleração na arrecadação do ICMS pode ter influenciado esse movimento. Em julho, a receita do ICMS das 27 unidades da federação teve queda real na comparação com igual mês do ano anterior. Essa arrecadação exibiu crescimento até junho. **(Página 31)**

As publicações da IFI atendem ao disposto na Resolução n.º 42/2016 e não expressam a opinião do Senado Federal, de suas Comissões ou parlamentares. Todas as edições do RAF estão disponíveis para download em: <http://www12.senado.leg.br/ifi/publicacoes-ifi>.

Contatos: ifi@senado.leg.br | (61) 3303-2875

Redes sociais:  [/INSTITUICAOFISCALINDEPENDENTE](https://www.facebook.com/INSTITUICAOFISCALINDEPENDENTE)  [@IFIBrasil](https://twitter.com/IFIBrasil)  [@ifibrasil](https://www.instagram.com/ifibrasil)  [/instituicaofiscalindependente](https://www.youtube.com/instituicaofiscalindependente)
 [/company/instituicao-fiscal-independente](https://www.linkedin.com/company/instituicao-fiscal-independente)

Sumário

Carta de Apresentação.....	3
Resumo.....	4
Sumário.....	5
1. CONTEXTO MACROECONÔMICO.....	6
1.1 Atividade econômica.....	7
1.2 Mercado de trabalho.....	9
1.3 Inflação e política monetária.....	12
2. CONJUNTURA FISCAL.....	16
2.1 Receitas primárias e transferências.....	16
2.2 Despesas primárias.....	20
2.3 Resultado primário do governo central e do setor público consolidado.....	27
2.4 Evolução dos indicadores de endividamento do setor público.....	31
Projeções da IFI.....	36

1. CONTEXTO MACROECONÔMICO

Após a divulgação dos dados de atividade econômica do segundo trimestre elevamos a projeção para a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2022 de 2,0% para 2,6%. Os indicadores de emprego e renda de julho indicam melhora nas condições do mercado de trabalho, com maior geração de vagas e expansão da massa de rendimentos, trazendo fôlego ao consumo das famílias.

O aumento da renda disponível decorrente dos programas de auxílio² e das desonerações sobre bens e serviços essenciais gera fôlego adicional à atividade econômica ao longo do segundo semestre, contrabalanceando os efeitos negativos da elevação da taxa Selic e da desaceleração do crescimento da atividade de grandes economias (Estados Unidos, Europa e China). A expectativa de desaceleração do crescimento do PIB em 2023 foi mantida (alta em 0,6%), explicada, adicionalmente, pela dissipação dos efeitos da reabertura da economia e de estímulos fiscais.

A expectativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi ajustada para 6,4% em 2022 e 4,9% em 2023. O IPCA de agosto mostrou um quadro de alívio para os preços ao consumidor no curto prazo, refletindo a queda dos impostos sobre combustíveis e energia e a redução dos preços cobrados pela Petrobras em suas refinarias, que acompanha a tendência do preço do petróleo no mercado internacional. De forma geral, apesar de permanecerem em patamares historicamente elevados, os preços das commodities têm registrado queda nos últimos meses diante da expectativa de enfraquecimento da demanda global.

A pesquisa Focus do Banco Central vem exibindo um movimento de queda nas projeções do mercado para a inflação em 2022 e 2023, ao passo que a perspectiva para o IPCA de 2024 (horizonte em que o Banco Central pretende gerar convergência das expectativas de inflação) se sustenta em patamar pouco acima da meta. Projetamos que o Banco Central encerre o ciclo de alta de juros na reunião de setembro, com a Selic subindo de 2,0% em março de 2021 para os atuais 13,75%. Nosso cenário contempla a taxa Selic, no fim de 2023, atingindo 10,50%.

Ainda que não haja, neste momento, propostas formais de manutenção dos estímulos concedidos em 2022 calculamos, nesta edição do RAF, o impacto potencial de eventual continuidade sobre as variáveis macroeconômicas. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2023 não contemplou a manutenção do Auxílio Brasil em 2023 em R\$ 600, embora a Mensagem Presidencial que acompanha projeto mencione a intenção do governo de manter, em 2023, o valor viabilizado pela Emenda Constitucional nº 123.

Mantido o benefício mensal mais elevado do programa Auxílio Brasil a projeção para o crescimento do PIB em 2023 subiria para 1,0%. O aumento da renda disponível para consumo compensa o vetor negativo decorrente de uma postura mais contracionista da política monetária. Assume-se, nesse cenário de maior estímulo à demanda agregada, que o aumento do risco fiscal no âmbito doméstico eleva o prêmio de risco, pressionando a taxa de câmbio e as expectativas no horizonte em que o Banco Central pretende levar a inflação para a meta.

Para a inflação, consideramos que a extensão da desoneração de impostos federais sobre combustíveis retiraria 0,5 p.p. da projeção do IPCA do ano que vem (via preços administrados), embora esse efeito deva ser atenuado pela resiliência da demanda agregada sobre a inflação de livres. No cenário alternativo, nossa projeção para o IPCA de 2023 diminuiria de 4,9% para 4,7% (Tabela 1).

² Considera os efeitos dos benefícios concedidos no âmbito da Emenda à Constituição nº 123, de 2022.

TABELA 1. PROJEÇÕES NOS CENÁRIOS BASE E ALTERNATIVO (AUXÍLIO BRASIL E DESONERAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS)

Projeções da IFI	2022	2023	
	Base	Base	Alternativo
PIB – crescimento real (% a.a.)	2,6	0,6	1,0
IPCA – acumulado (% no ano)	6,4	4,9	4,7
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	5,20	5,22	5,40
Selic – fim de período (% a.a.)	13,75	10,50	11,50

Fonte: IFI.

1.1 Atividade econômica

PIB em valores correntes totalizou R\$ 2,404 trilhões no segundo trimestre, registrando alta nominal de 12,3% na comparação com o mesmo período do ano anterior. A divulgação das Contas Nacionais Trimestrais pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou que o PIB totalizou R\$ 2,404 trilhões em valores correntes (R\$ 9,126 trilhões no acumulado em quatro trimestres). Na comparação com igual período de 2021, o PIB nominal (valor monetário da produção doméstica) subiu 12,3%, refletindo o aumento do nível de preços, conforme movimento do deflator implícito (alta de 8,8%) e a expansão de 3,2% do PIB real (volume produzido).

TABELA 2. PIB NOMINAL, PIB EM VOLUME E DEFLATOR IMPLÍCITO DO PIB (VARIAÇÃO T/T-4)

	PIB nominal (R\$ trilhões)	PIB nominal	PIB em volume Var. T/T-4	Deflator implícito
2019.IV	1,920	5,5%	1,4%	4,0%
2020.I	1,846	4,9%	-0,1%	5,0%
2020.II	1,722	-5,8%	-10,7%	5,5%
2020.III	1,888	0,4%	-3,7%	4,3%
2020.IV	2,011	4,7%	-0,9%	5,7%
2021.I	2,066	11,9%	1,3%	10,5%
2021.II	2,141	24,3%	12,3%	10,7%
2021.III	2,215	17,3%	4,0%	12,8%
2021.IV	2,258	12,2%	1,6%	10,4%
2022.I	2,249	8,9%	1,7%	7,1%
2022.II	2,404	12,3%	3,2%	8,8%

Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

Crescimento interanual do PIB em volume (3,2%) acompanhou o avanço dos serviços (oferta) e da despesa de consumo das famílias (demanda). Pela ótica da oferta (ou da produção), o crescimento do PIB em volume na comparação interanual (3,2%) foi impulsionado pela expansão observada nos serviços (4,5%) e, em menor grau, pela indústria (1,9%), enquanto a agropecuária recuou 2,5%. Na ótica da demanda (ou da despesa), o maior avanço partiu da despesa de consumo das famílias (5,3%), seguido da formação bruta de capital fixo (1,5%) e da despesa de consumo do governo (0,7%). No setor externo, as exportações de bens e serviços diminuíram 4,8%, ao passo que a queda das importações de bens e serviços foi de 1,1% (Tabela 3).

TABELA 3. TAXAS DE VARIAÇÃO DO PIB EM VOLUME

	Variação contra o mesmo trimestre do ano anterior			Variação contra o trimestre anterior (com ajuste sazonal)		
	4T-21	1T-22	2T-22	4T-21	1T-22	2T-22
PIB	1,6%	1,7%	3,2%	0,8%	1,1%	1,2%
Ótica da oferta						
Agropecuária	-0,8%	-8,0%	-2,5%	5,9%	-0,9%	0,5%
Indústria	-1,3%	-1,5%	1,9%	-0,9%	0,6%	2,2%
Serviços	3,3%	3,7%	4,5%	0,8%	1,1%	1,3%
Ótica da demanda						
Consumo das famílias	2,1%	2,2%	5,3%	1,0%	0,5%	2,6%
Consumo do governo	2,8%	3,3%	0,7%	0,8%	-0,1%	-0,9%
Formação bruta de capital fixo	3,4%	-7,2%	1,5%	0,1%	-3,0%	4,8%
Exportações	3,3%	8,1%	-4,8%	-0,3%	5,7%	-2,5%
Importações	3,7%	-11,0%	-1,1%	0,7%	-4,0%	7,6%

Fonte: IBGE. Elaboração: IFI

Contribuições para a taxa de crescimento interanual do PIB: absorção interna (+4,1 p.p.) e exportações líquidas (-0,9 p.p.). O PIB pela ótica da demanda pode ser separado em duas partes: a absorção interna e as exportações líquidas (exportações menos importações), também chamadas de absorção externa. A absorção interna, que representa a soma do consumo das famílias, do consumo do governo e do investimento, contribuiu com 4,1 p.p. da variação do PIB do segundo trimestre, compensando a influência negativa das exportações líquidas (exportações menos importações), que retiraram 0,9 p.p. do resultado interanual do PIB. Dentro da absorção interna, o consumo das famílias (3,1 p.p.) representou a principal contribuição para a taxa interanual do PIB no período, seguida pela variação de estoques (0,6 p.p.), formação bruta de capital fixo (0,3 p.p.) e despesa de consumo do governo (0,1 p.p.) – Tabela 4.

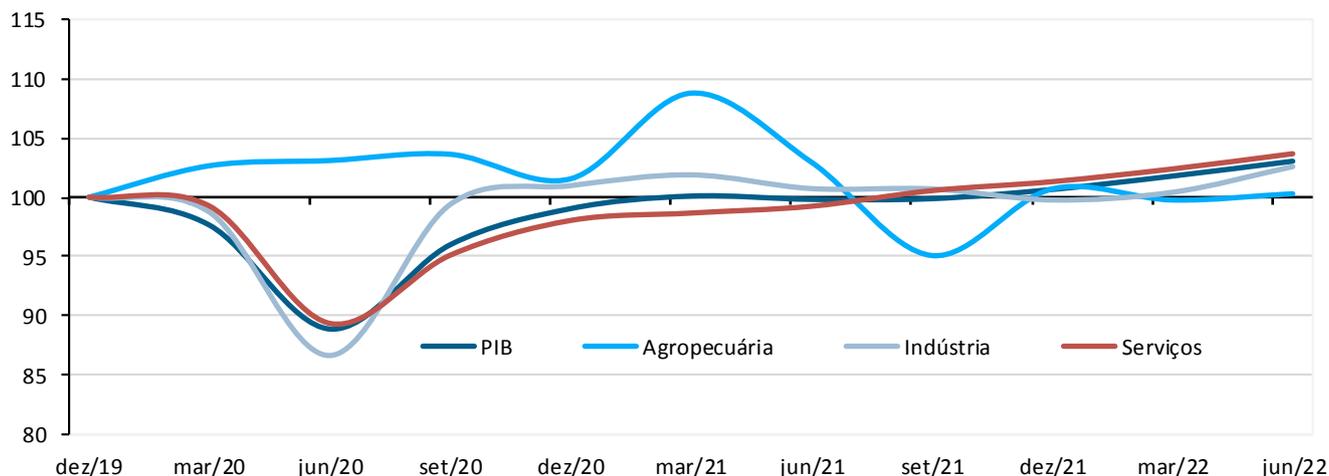
TABELA 4. CONTRIBUIÇÕES (EM p.p.) PARA A TAXA (YoY*) DO PIB.

	1T-21	2T-21	3T-21	4T-21	1T-22	2T-22
PIB	1,3	12,3	4,0	1,6	1,7	3,2
Absorção interna	2,3	12,8	6,4	1,7	-1,9	4,1
Consumo das famílias	-1,1	6,4	2,6	1,3	1,3	3,1
Consumo do governo	-0,7	1,3	0,7	0,6	0,6	0,1
Formação bruta de capital fixo	2,9	5,0	3,1	0,6	-1,4	0,3
Variação de estoques	1,3	0,2	0,0	-0,8	-2,3	0,6
Exportações líquidas	-1,1	-0,5	-2,4	-0,1	3,5	-0,9

Fonte: IBGE. Elaboração: IFI. *YoY é sigla para "year over year", forma usual de se referir à variação entre dois períodos separados por um ano.

PIB cresceu 1,2% em relação aos três primeiros meses de 2022 na série com ajuste sazonal; carry-over para 2022 é estimado em 2,6%. A atividade econômica manteve-se resiliente na passagem do primeiro para o segundo trimestre de 2022, exibindo alta de 1,2% do PIB na série com ajuste sazonal, acima da nossa previsão (0,8%). Comparativamente ao quarto trimestre de 2019, período imediatamente anterior à crise causada pela pandemia de covid-19, o PIB situa-se em patamar 3% superior (Gráfico 1). O forte resultado do segundo trimestre gerou um carregamento estatístico (*carry-over*) para 2022 de 2,6% – assim, caso permaneça estagnado no segundo semestre, o PIB apresentaria alta de 2,6% no ano.

GRÁFICO 1. PIB - ÍNDICE DE VOLUME TRIMESTRAL (DEZ/2019= 100)
DADOS COM AJUSTE SAZONAL



Fonte: IBGE. Elaboração e projeções: IFI.

Oferta. No lado da oferta, a maior contribuição partiu do setor de serviços (alta de 1,3%), que vem sendo beneficiado pela normalização das atividades presenciais e a melhora dos indicadores do mercado de trabalho, embora a indústria (2,2%), com destaque para a construção civil (2,7%), e o setor agropecuário (0,5%), também tenham contribuído positivamente.

Demanda. A expansão do PIB desagregada pela ótica da demanda foi impulsionada pelo desempenho da formação bruta de capital fixo (4,8%), explicado pelo bom desempenho da construção civil e de segmentos beneficiados pelo aumento de preços de commodities. Já o avanço da despesa de consumo das famílias (2,6%) refletiu os efeitos positivos da liberação de recursos do FGTS e da antecipação de benefícios que normalmente são pagos no segundo semestre do ano, além da recuperação das condições do mercado de trabalho.

PIB deve crescer 2,6% em 2022, desacelerando para 0,6% em 2023. A expectativa da IFI para o crescimento do PIB em volume desse ano foi ajustada de 2,0% para 2,6% com a incorporação da dinâmica positiva dos dados de atividade econômica no curto prazo. O aumento da renda disponível decorrente dos programas de auxílio governamental e das desonerações sobre bens e serviços essenciais traz fôlego adicional à atividade econômica ao longo do segundo semestre, contrabalanceando os efeitos negativos da elevação da taxa Selic e da desaceleração do crescimento da atividade de grandes economias (Estados Unidos, Europa e China) – fatores que reforçam a perspectiva de desaceleração do PIB em 2023. A menor expansão da atividade doméstica no próximo ano (projeção mantida em 0,6%) também é limitada pela dissipação do efeito da reabertura da economia e pela retirada de estímulos fiscais.

1.2 Mercado de trabalho

Dados do mercado de trabalho em julho reforçam resiliência da atividade econômica. Os dados divulgados pelo IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) mostram o avanço da população ocupada no setor formal da economia e a diminuição da taxa de desemprego. Apesar da queda dos salários em termos reais, o aumento das contratações está impactando a massa de rendimentos do trabalho, contribuindo positivamente para o desempenho do consumo das famílias.

Taxa de desemprego recua 4,1 p.p. na comparação anual. A taxa de desemprego alcançou 9,1% da força de trabalho no trimestre encerrado em julho, situando-se 4,6 p.p. abaixo da taxa registrada no mesmo período do ano anterior

(13,7%), posicionada em patamar inferior aos meses que antecederam a pandemia (Gráfico 2). Estimamos que a taxa média de desemprego alcance 9,6% (revisada de 9,8%) em 2022 e 10,2% (revisada de 10,4%) em 2023, refletindo a piora das condições do mercado de trabalho no próximo ano.

GRÁFICO 2. TAXA DE DESEMPREGO (% DA FORÇA DE TRABALHO)



Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

A redução da taxa de desemprego é resultado do crescimento das contratações – contingente de ocupados de 98,7 milhões de pessoas (expansão de 8,8% frente ao mesmo período de 2021) – em magnitude superior ao observado na força de trabalho (alta de 3,3% na mesma comparação), composta pelas pessoas ocupadas ou procurando ocupação (população desocupada).

TABELA 5. INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO

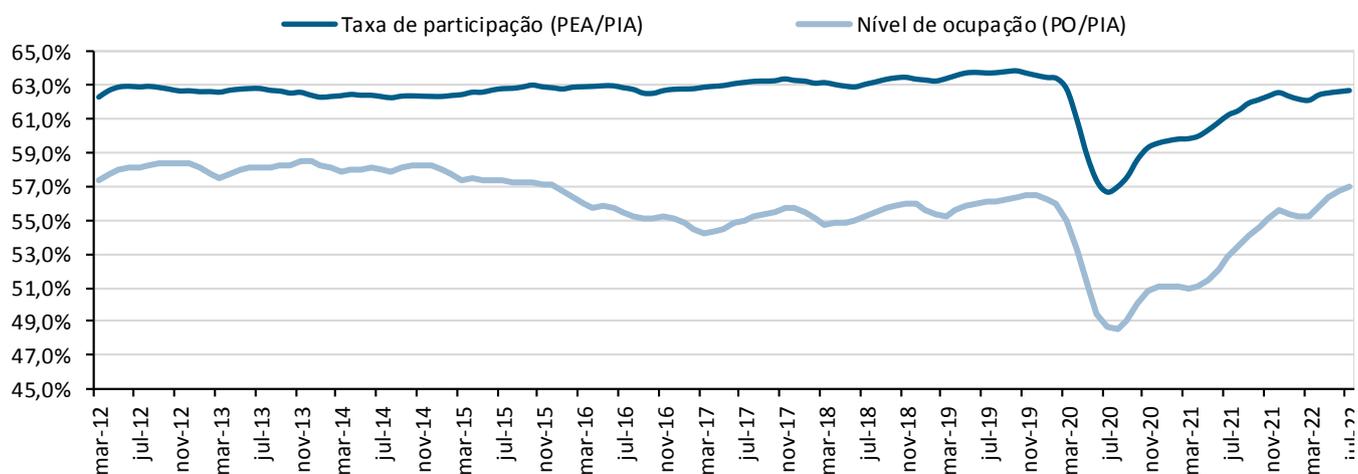
	Valores (milhões)			Variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior		
	jul/20	jul/21	jul/22	jul/20	jul/21	jul/22
A - População em idade ativa	170,0	171,6	173,2	1,0%	1,0%	0,9%
A.1 - População fora da força de trabalho	73,7	66,5	64,7	20,7%	-9,7%	-2,9%
A.2 - População na força de trabalho	96,3	105,1	108,5	-10,2%	9,1%	3,3%
A.2.1 - População desocupada	13,6	14,4	9,9	6,1%	6,0%	-31,4%
A.2.2 - População ocupada	82,7	90,7	98,7	-12,4%	9,6%	8,8%
População ocupada no mercado informal	30,7	36,4	39,3	-20,6%	18,8%	7,9%
População ocupada no mercado formal	52,1	54,2	59,4	-6,6%	4,2%	9,5%
Taxa de desemprego (A.2.1/A.2)	14,1%	13,7%	9,1%	2,2 p.p.	-0,4 p.p.	-4,6 p.p.
Nível de ocupação (A.2.2/A)	48,7%	52,8%	57,0%	-7,4 p.p.	4,2 p.p.	4,1 p.p.
Taxa de participação (A.2/A)	56,7%	61,2%	62,7%	-7,1 p.p.	4,6 p.p.	1,4 p.p.

Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

Demanda por trabalho: contratações avançam com destaque à aceleração do lado formal da economia. A população ocupada nos segmentos informais da economia (39,3 milhões de pessoas) cresceu 7,9% na comparação com o mesmo período do ano anterior, enquanto o emprego formal (59,4 milhões) subiu 9,5% no período. A expansão das contratações está impactando positivamente o nível de ocupação (razão entre a população ocupada e a população em idade de trabalhar). No trimestre encerrado em julho, o indicador aumentou para 57%, situando-se 4,1 p.p. acima do registrado no mesmo período de 2021 e 1,0 p.p. acima de fevereiro de 2020 (período anterior à pandemia).

Oferta de trabalho: taxa de participação caminha lentamente ao patamar pré-pandemia. O crescimento da força de trabalho impulsiona a taxa de participação, medida que permite acompanhar a entrada e saída de pessoas, em idade de trabalhar, do mercado de trabalho. O indicador, expresso como a relação entre o número de pessoas que compõem a força de trabalho e o número de pessoas em idade de trabalhar, alcançou 62,7% no trimestre encerrado em julho, como mostra o Gráfico 3 (1,4 p.p. acima do patamar do mesmo período do ano anterior). A taxa de participação está evoluindo de forma positiva, indicando o retorno de pessoas ao mercado de trabalho, mas ainda permanece em patamar inferior aos meses que antecederam a pandemia (63,4%). Mantida a taxa de participação no mesmo patamar de fevereiro de 2020, a taxa de desemprego em julho desse ano seria mais alta (10,1% da força de trabalho).

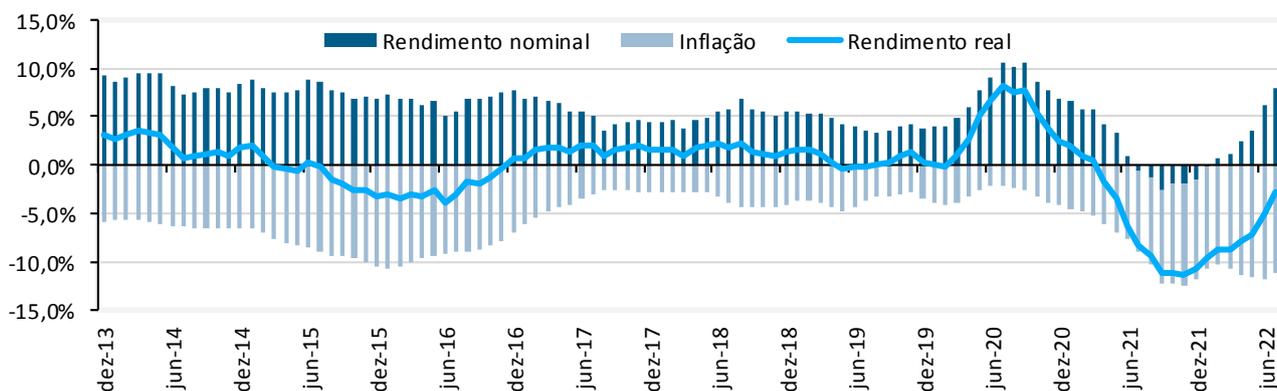
GRÁFICO 3. TAXA DE PARTICIPAÇÃO E TAXA DE OCUPAÇÃO



Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

Melhora da inflação de curto prazo deve continuar atenuando queda dos rendimentos. Ainda segundo dados da PNAD Contínua, o rendimento médio real no trimestre encerrado em julho recuou 2,9% na comparação com o mesmo período do ano anterior, embora uma queda menos acentuada que a do trimestre anterior (5,1%). Esse movimento é favorecido pela evolução dos reajustes nominais e pela tendência incipiente de melhora da inflação (Gráfico 4).

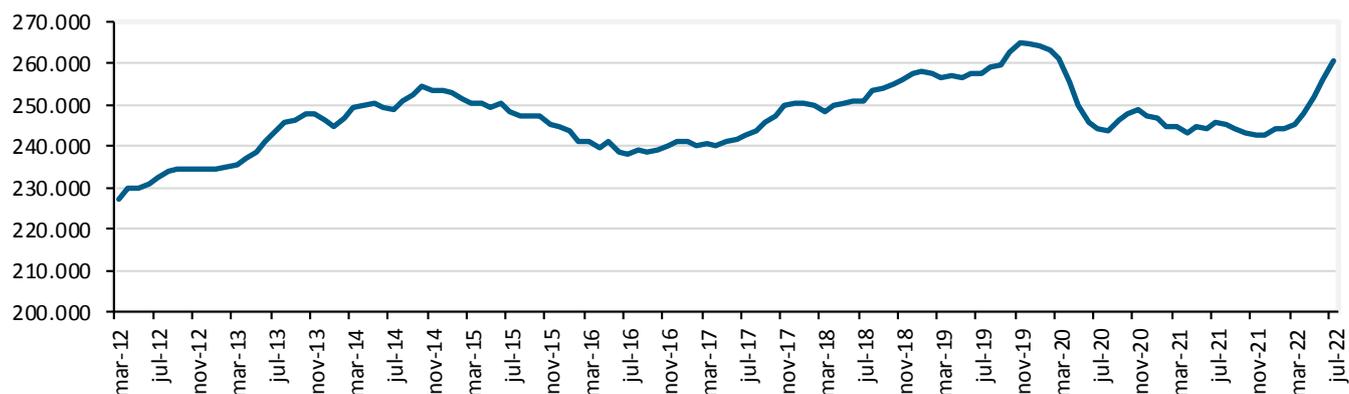
GRÁFICO 4. DECOMPOSIÇÃO DA RENDA DO TRABALHO
VARIÇÃO INTERANUAL



Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

Geração de empregos contribui para expansão da massa salarial. Já a massa de rendimento do trabalho, indicador que combina a evolução da renda com a população ocupada, avançou 6,1% em termos reais na mesma comparação. O Gráfico 5 exibe uma trajetória de recuperação da massa de rendimentos, favorecida pela expansão das contratações, embora permaneça abaixo do nível pré-pandemia.

GRÁFICO 5. MASSA DE RENDIMENTO REAL DO TRABALHO
R\$ BI DE MAIO-JULHO 2022



Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

1.3 Inflação e política monetária

IPCA exibe deflação pelo segundo mês consecutivo. O IPCA de agosto registrou variação de -0,36%, acumulando alta de 8,73% nos últimos 12 meses (ante 10,07% em julho). A dinâmica dos dados recentes motivou a revisão para baixo nas projeções da IFI para o IPCA, de 7,2% para 6,4% em 2022 e de 5,0% para 4,9% em 2023.

Queda dos preços administrados contribui para a deflação registrada pelo IPCA de agosto. Entre julho e agosto, a variação do conjunto de preços administrados (ou monitorados), que responde por aproximadamente 25% do IPCA total, passou de -4,35% para -2,55% (Tabela 6), contribuindo para o resultado no IPCA na margem. Importante notar que a variação acumulada em doze meses, que em junho estava em 11,73%, atingiu 1,46% em agosto, resultado, em grande medida, do repasse aos consumidores das medidas tributárias recentemente aprovadas (combustíveis, energia elétrica residencial e telecomunicações) e da redução dos preços cobrados pela Petrobras em suas refinarias com a queda do preço do petróleo no mercado internacional. O preço da gasolina, item que compõe o conjunto de administrados, registrou variação de -11,64% como reflexo da redução de R\$ 0,18/litro nas refinarias em 16 de agosto.

TABELA 6. IPCA: VARIAÇÃO NO MÊS E EM 12 MESES

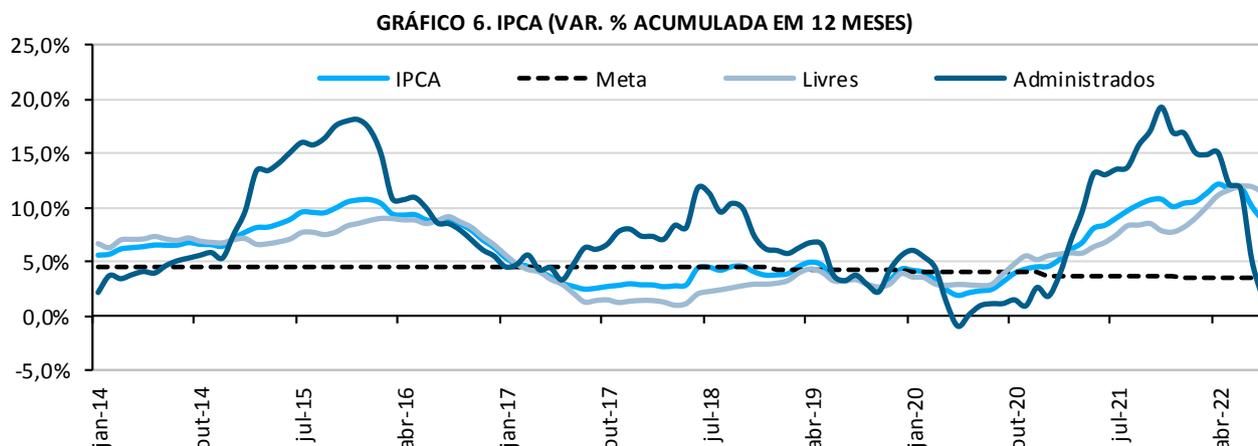
Inflação ao consumidor	No mês			12 meses		
	jun/22	jul/22	ago/22	jun/22	jul/22	ago/22
IPCA	0,67%	-0,68%	-0,36%	11,89%	10,07%	8,73%
Preços administrados*	0,48%	-4,35%	-2,55%	11,73%	5,10%	1,46%
Gasolina	-0,72%	-15,48%	-11,64%	26,92%	5,64%	-9,20%
Energia elétrica residencial	-1,07%	-5,78%	-1,27%	2,17%	-10,77%	-12,86%
Plano de saúde	2,99%	1,13%	1,13%	-2,18%	0,29%	1,52%
Produtos farmacêuticos	0,61%	0,57%	0,41%	13,81%	15,13%	15,28%
Preços livres	0,74%	0,65%	0,39%	11,94%	11,89%	11,39%
Alimentação no domicílio	0,63%	1,47%	0,01%	16,69%	17,49%	15,62%
Serviços	0,90%	0,80%	0,28%	8,73%	8,87%	8,75%
Industrializados	0,58%	-0,11%	0,82%	13,73%	12,83%	12,60%

Média dos núcleos **0,89%** **0,53%** **0,66%** **10,50%** **10,43%** **10,42%**

Fonte: IBGE e Banco Central. Elaboração: IFI.

* Os preços administrados são compostos por mais de 20 itens. Gasolina, energia elétrica residencial, plano de saúde e produtos farmacêuticos têm maior peso.

Sinais de desaceleração nos preços livres. Já os preços livres exibiram alta de 0,39%, desacelerando frente a julho (0,65%). Em 12 meses, a variação desses preços passou de 11,89% para 11,39%. A abertura existente para os preços livres mostra que a maior pressão em agosto veio dos preços industriais (variação de 0,82% no mês e 12,60% em 12 meses), enquanto os preços de serviços (0,28% e 8,75%) e da alimentação no domicílio (0,01% e 15,62%), apesar de seguirem em níveis elevados, desaceleraram no mês.

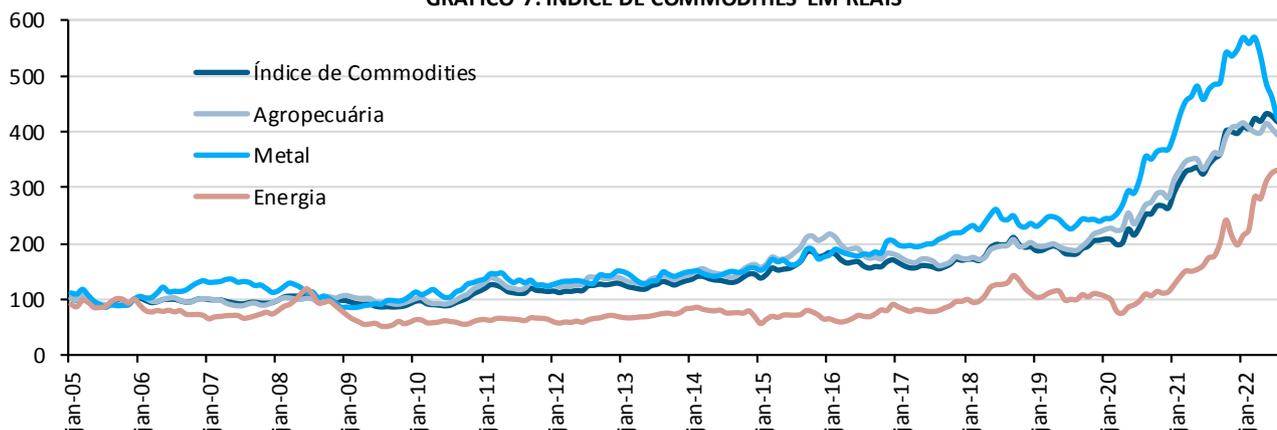


Fonte: IBGE e Banco Central. Elaboração: IFI.

Núcleos, de toda forma, ainda indicam persistência do processo inflacionário. Apesar do alívio no curto prazo, proporcionado pelas desonerações e pela queda no preço do petróleo, o comportamento do índice de difusão e dos núcleos ainda revela pressões sobre a inflação ao consumidor e persistência do processo inflacionário. O índice de difusão do IPCA, variável que aponta a parcela de subitens do IPCA com variação positiva no mês, subiu de 62,6% em julho para 65,3% em agosto. Já a média dos cinco núcleos acompanhados pelo Banco Central (EX-0, EX-3, MS, DP e P55) – medidas que buscam retirar da inflação total a influência de itens de maior volatilidade – subiu de 0,53% para 0,66%, mantendo-se praticamente estável no acumulado em 12 meses (10,42%), acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a inflação para 2022.

Preços das commodities em reais mostram tendência de queda nos últimos meses. O Índice de Commodities - Brasil (IC-Br) calculado pelo Banco Central recuou 0,72% entre julho e agosto, acumulando alta de 4,45% em 2022. Em doze meses, o IC-Br acumula alta de 17,7%, desacelerando em relação a julho (22,6%). As três aberturas contribuíram negativamente com o resultado agregado de agosto: agropecuária (-0,12%), metal (-1,14%) e energia (-1,96%). Esse desempenho reflete tanto a apreciação cambial do período quanto a redução dos preços no mercado internacional, resultado da perspectiva de enfraquecimento da demanda por matérias-primas. Enquanto as restrições de oferta ligadas à guerra na Ucrânia dão suporte aos preços de commodities, o ambiente externo desafiador (em um contexto de aperto sincronizado de juros nos Estados Unidos e na Europa e desaceleração da economia chinesa) é um fator de contenção, ao reduzir a demanda por matérias-primas. O Gráfico 7 abaixo evidencia que o índice agregado (em moeda local) recuou nos últimos três meses, embora permaneça em patamar elevado.

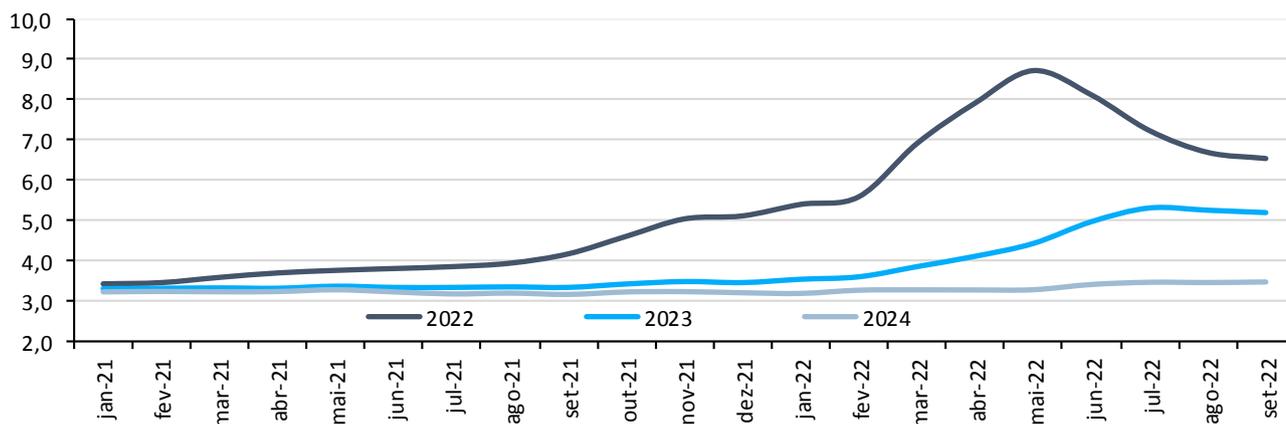
GRÁFICO 7. ÍNDICE DE COMMODITIES EM REAIS



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

Expectativas de inflação cedem no horizonte de 2022 e 2023, mantendo-se relativamente estáveis (acima da meta) em 2024. A pesquisa Focus do Banco Central mostra uma queda na projeção média do mercado para a inflação em 2022 e 2023, atualmente em 6,5% e 5,2%. Ao mesmo tempo, a perspectiva para o IPCA de 2024 (horizonte em que o Banco Central pretende gerar convergência das expectativas de inflação³) se sustenta ao redor de 3,5%, patamar pouco acima da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (3,0%). A redução nas expectativas para o próximo ano pode estar associada à incorporação por parte do mercado do efeito da prorrogação do corte de impostos federais sobre os combustíveis no próximo ano, enquanto as incertezas relacionadas à trajetória fiscal, em alguma medida, influenciam as projeções para 2024.

GRÁFICO 8. EXPECTATIVA FOCUS (MÉDIA) - IPCA (2022, 2023 E 2024)



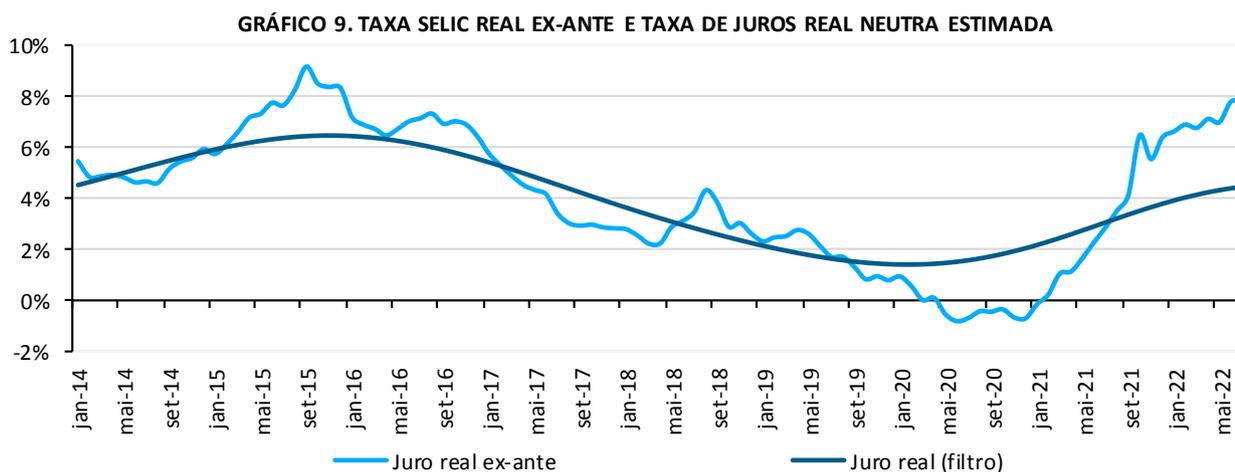
Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

³ De acordo com a Ata da 248ª Reunião do Copom, “as projeções de inflação para os anos de 2022 e 2023 estavam sujeitas a impactos elevados associados às alterações tributárias entre anos-calendário. Assim, o Comitê optou por dar ênfase à inflação acumulada em doze meses no primeiro trimestre de 2024, que reflete o horizonte relevante, suaviza os efeitos diretos decorrentes das mudanças tributárias, mas incorpora seus impactos secundários sobre as projeções de inflação relevantes para a decisão de política monetária”.

Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopom>

Selic deve encerrar o ano em 13,75%. Em agosto, o Copom decidiu elevar a taxa básica de juros em 0,5 p.p., para 13,75%. A comunicação divulgada após a reunião (comunicado e ata) sinalizou que o comitê avaliará a necessidade de um ajuste residual, de menor magnitude, na próxima reunião (21 de setembro), ou se apenas a manutenção da taxa básica de juros por um período suficientemente longo será suficiente para trazer a inflação para o redor da meta no horizonte relevante. O fato é que o ciclo de alta de juros, iniciado em março de 2021 com a taxa Selic partindo de 2,0%, está próximo do fim. Nossa expectativa é que o Copom encerre o ciclo mantendo a taxa Selic em 13,75%, dado o comportamento de relativa estabilidade das projeções de inflação para 2024.

Em termos reais, a taxa de juros *ex ante*, obtida com base na taxa das operações de swap pré-DI⁴ para o prazo de um ano (13,7%) descontada da taxa projetada da inflação⁵ no mesmo horizonte (5,5%), atingiu 7,8% em julho (Gráfico 9). A posição da taxa de juros real efetivamente observada acima da estimativa para a taxa de juros real neutra⁶ indica que a postura da política monetária é contracionista. Quando a taxa de juros real se encontra acima da taxa de juros neutra ela contém a atividade econômica e contribui para a redução da inflação.



Fonte: Banco Central e IFI. Elaboração: IFI.

O Copom ressaltou que em seu cenário de inflação permanecem fatores de risco em ambas as direções. Entre os fatores de alta, o comitê menciona a maior persistência das pressões inflacionárias globais, a incerteza sobre o futuro do arcabouço fiscal do país e estímulos fiscais adicionais que impliquem sustentação da demanda agregada, parcialmente incorporados nas expectativas de inflação e nos preços de ativos. Entre os riscos de baixa, ressalta uma possível reversão do aumento nos preços das commodities em moeda local e uma desaceleração da atividade econômica mais acentuada do que a projetada. No cenário de referência, as projeções de inflação do Copom situam-se em 6,8% para 2022, 4,6% para 2023 e 2,7% para 2024.

Apesar do alívio recente nos preços das commodities, a manutenção das expectativas de mercado acima da meta para 2024 tendem a limitar a redução dos juros ao longo de 2023. Nosso cenário base contempla a taxa Selic atingindo 10,50%

⁴ Taxa referencial dos contratos de swap entre DI e pré-fixada de 360 dias: fim de período, obtida no Ipeadata.

⁵ Projeção do IPCA 12 meses à frente (suavizada) obtida no Boletim Focus/BCB.

⁶ A taxa de juros real natural é uma variável não observada e com grande incerteza associada à sua estimação. A variável constitui, no entanto, um ponto de referência na condução da política monetária sob o regime de metas de inflação, pois representa a taxa de juros consistente com o crescimento do PIB igual ao crescimento potencial e com a taxa de inflação na meta. Uma forma simplificada de estimar a taxa de juros natural consiste na extração da tendência da taxa de juros real *ex ante* por meio do filtro HP, estendendo-se a série histórica para lidar com os problemas de final de amostra.

ao fim de 2023, embora a presença de fatores que tragam riscos para a inflação no médio prazo coloque um viés de alta nessa previsão.

2. CONJUNTURA FISCAL

2.1 Receitas primárias e transferências

Receita primária total da União apresentou crescimento robusto em agosto. De acordo com informações levantadas pela IFI no portal Siga Brasil, do Senado Federal, e no relatório Resultado do Tesouro Nacional (RTN), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a receita primária total do governo central, que inclui o governo federal, o Banco Central e o INSS, somou R\$ 178,7 bilhões em agosto, crescimento real de 8,9% em relação ao mesmo mês de 2021. Nessa base de comparação, as receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal (RFB) tiveram alta de 6,5%, a arrecadação líquida para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) subiu 5,3% e as receitas não administradas aumentaram 24,7%.

Arrecadação administrada continuou impulsionada por tributos incidentes sobre a renda. No grupo das receitas administradas pela RFB, os recolhimentos de Imposto sobre a Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) continuaram a exibir expansão na comparação anual (agosto de 2022 contra agosto de 2021), de 22,2% e 31,4%, nesta ordem. O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) manteve a retração, com queda de 31,1% na mesma base de comparação, em função das reduções lineares de 35% promovidas pelo Poder Executivo nas alíquotas do tributo.

Ainda em agosto, no grupo das receitas não administradas, merecem destaques (i) os recolhimentos de dividendos e participações da ordem de R\$ 13,7 bilhões (alta real de 75,9% ante agosto de 2021), sendo R\$ 12,6 bilhões referentes a dividendos pagos pela Petrobras e R\$ 1,1 bilhão de dividendos transferidos pelo Banco do Brasil; e (ii) receitas de exploração de recursos naturais, no montante de R\$ 7,4 bilhões (+30,5% ante agosto de 2021).

No acumulado de 2022 até agosto, a receita primária alcançou R\$ 1.545 bilhões, um aumento real de 14,4% comparativamente a 2021 (Tabela 7). Nos primeiros oito meses do ano, a arrecadação continuou a refletir a dinâmica dos principais condicionantes: a atividade econômica, a inflação e os preços de commodities, ainda que estes dois últimos fatores já mostrem sinais de arrefecimento.

Desempenho das receitas não administradas em 2022 reflete recolhimentos de dividendos, de exploração de petróleo e concessões. Nessa base de comparação, as receitas administradas cresceram 9,7% acima da inflação, a arrecadação líquida para o RGPS subiu 7,0%, e as receitas não administradas saltaram 47,9%. O crescimento da arrecadação não administrada no acumulado de 2022 até agosto é impulsionado por dividendos e participações (R\$ 65,6 bilhões), concessões e permissões (R\$ 41,9 bilhões) e receitas de exploração de recursos naturais (R\$ 92,3 bilhões).

TABELA 7. RECEITAS DO GOVERNO CENTRAL – 2020 A 2022 – JANEIRO A AGOSTO (R\$ BILHÕES CORRENTES, VAR. % REAL E % DO PIB)

	Jan-Ago/20			Jan-Ago/21			Jan-Ago/22		
	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB
Receita total	891,2	-15,0%	18,5%	1.218,6	27,6%	21,4%	1.545,0	14,4%	24,2%
<i>Receitas administradas, exceto RGPS</i>	554,5	-15,5%	11,5%	768,3	29,4%	13,5%	933,8	9,7%	14,6%
<i>Incentivos fiscais</i>	-0,1	-	0,0%	-0,1	-	0,0%	-0,1	-	0,0%
<i>Receitas do RGPS</i>	233,1	-12,8%	4,8%	280,8	12,4%	4,9%	332,9	7,0%	5,2%
<i>Receitas não administradas</i>	103,8	-17,0%	2,2%	169,6	52,2%	3,0%	278,4	47,9%	4,4%
Transferências	171,7	-10,2%	3,6%	228,9	24,3%	4,0%	304,5	20,1%	4,8%
Receita líquida	719,5	-16,1%	14,9%	989,8	28,4%	17,4%	1.240,5	13,1%	19,4%
Receita total sem atipicidades*	958,9	-5,7%	19,9%	1.173,2	14,2%	20,6%	1.472,8	13,2%	23,0%
Receita líquida sem atipicidades*	787,2	-4,7%	16,3%	944,3	12,0%	16,6%	1.168,3	11,6%	18,3%
PIB (R\$ bi correntes)			4.822,0			5.689,9			6.397,3

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Banco Central e Siga Brasil. Elaboração: IFI. *As atipicidades consideradas são apresentadas e descritas no EE da IFI n.º 17, de dezembro de 2021.

Recolhimentos de IR e receitas associadas à produção de petróleo impulsionam as transferências aos entes subnacionais em 2022. Ainda de acordo com a Tabela 7, as transferências por repartição de receita somaram R\$ 304,5 bilhões até agosto, acréscimo real de 20,1% sobre 2021. Esse incremento nas transferências decorre do aumento na arrecadação de IR e nos recolhimentos oriundos da produção de petróleo e gás natural (Lei nº 9.478, de 1997), assim como da Lei nº 14.337, de 11 de maio de 2022, que prevê um repasse adicional aos entes subnacionais referente a leilões do pré-sal, no montante de R\$ 7,7 bilhões, em 2022, por meio de crédito especial, aberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de concessões e permissões.

Considerando uma receita primária de R\$ 1.545,0 bilhões em 2022 até agosto, assim como transferências por repartição de receita de R\$ 304,5 bilhões, a receita primária líquida⁷ do governo central somou R\$ 1.240,5 bilhões no período, um incremento real de 13,1% em relação a 2021.

A Tabela 7 apresenta também informações referentes às receitas total e líquida recorrentes (livres da influência de fatores atípicos), que cresceram 13,2% e 11,6% (em termos reais), nesta ordem, no acumulado do ano até agosto. Os eventos não recorrentes considerados estão descritos no Estudo Especial (EE) da IFI nº 17⁸, de dezembro de 2021 e incluem recolhimentos oriundos de parcelamentos especiais (Refis), antecipação de dividendos, operações com ativos e outros recolhimentos atípicos reportados pela RFB.

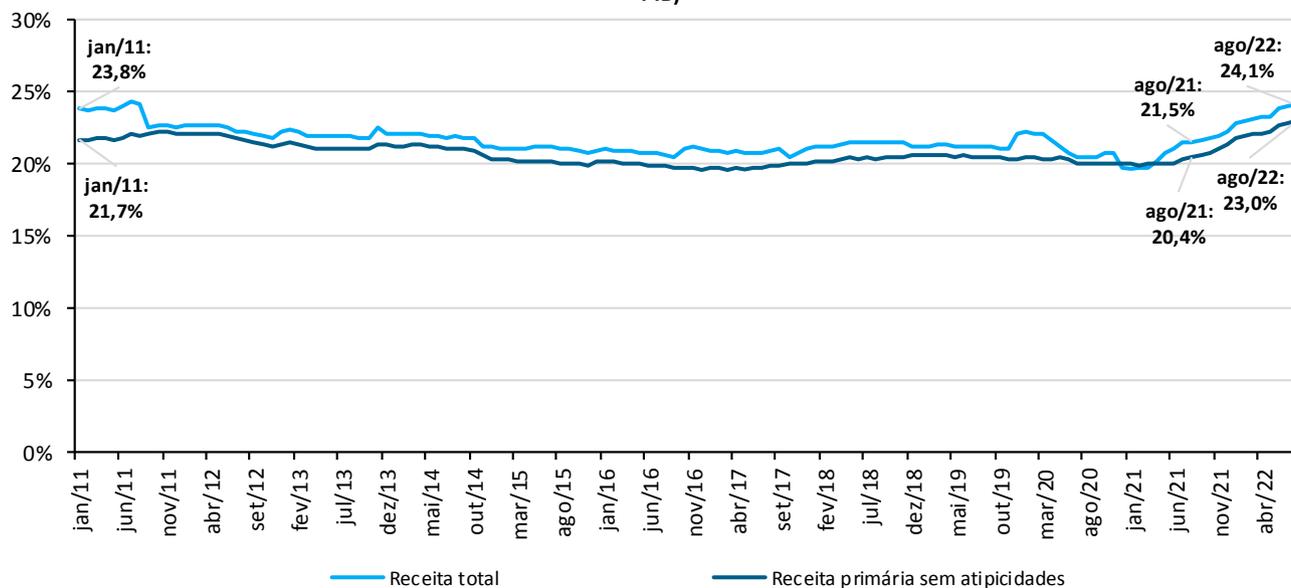
Receitas primárias convencional e recorrente, medidas como proporção do PIB, continuaram a subir em agosto, embora sinais de desaceleração estejam presentes. Considerando a comparação em 12 meses, a receita primária do governo central somou R\$ 2.259,0 bilhões (24,1% do PIB) até agosto, enquanto a receita primária recorrente alcançou R\$ 2.157,8 bilhões (23,0% do PIB). O Gráfico 10 apresenta a evolução, desde 2011, dessas duas séries como proporção do PIB. A tendência é de crescimento, embora já seja possível notar arrefecimento nos indicadores na margem.

⁷ A receita líquida corresponde ao volume de recursos que ficam disponíveis para a União, após repartição das receitas com esta dos e municípios, isto é, receitas totais menos transferências para subnacionais.

⁸ Link para acesso ao documento: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/594656/EE17_Resultado_Estrutural.pdf.

A título de comparação, a receita primária recorrente saiu de 21,8% do PIB em janeiro de 2022 para 22,6% do PIB em junho e daí registrou incrementos marginais nos meses seguintes, registrando 22,8% e 23,0% do PIB de julho e agosto, respectivamente.

GRÁFICO 10. EVOLUÇÃO EM 12 MESES DA RECEITA PRIMÁRIA CONVENCIONAL E RECORRENTE (% DO PIB)



Fonte: SIGA Brasil e Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

Como mencionado na seção anterior, há sinais de recuo da inflação e dos preços de commodities, o que deverá gerar arrefecimento na arrecadação de tributos nos próximos meses. Vale mencionar que o aumento da receita primária a partir do último trimestre de 2020, como ilustrado no Gráfico 10, ocorreu em linha com o crescimento dos preços de commodities e da inflação.

Cenários econômicos e fiscais da IFI evidenciam o impacto da continuidade de medidas de estímulos para 2023.

Nesta edição do RAF, a IFI revisou a projeção para as receitas primárias do governo central em 2022 e 2023 considerando o cenário macroeconômico base e um cenário alternativo, que incorpora os efeitos de uma eventual continuidade dos estímulos fiscais, a princípio, previstas para encerrar este ano. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2023 sinalizou a expectativa de manutenção desses estímulos, alguns já incorporados às estimativas do PLOA e outras evidenciadas na mensagem presidencial que foi encaminhada junto ao projeto de lei. Entre as medidas de estímulos fiscais constantes no PLOA destaca-se a continuidade das desonerações de tributos federais sobre combustíveis; já entre as medidas que foram sinalizadas por meio de mensagem presidencial podemos citar a manutenção do benefício adicional mensal de R\$ 200 por família no Programa Auxílio Brasil (PAB). O intuito de apresentar dois cenários (base e alternativo) é explicitar os impactos das medidas sobre as variáveis macroeconômicas e fiscais, ainda que a proposta vá tramitar no Congresso e possa ser modificada.

Dentro do rol de prorrogação de desonerações a principal medida que afeta a arrecadação de tributos é a previsão de continuidade dos benefícios da Cide, do PIS/PASEP e da Cofins sobre combustíveis em 2023. A Tabela 8 apresenta as projeções para a receita primária total, as transferências por repartição de receita e a receita primária líquida nos dois cenários considerados.

TABELA 8. COMPARATIVO DE PROJEÇÕES DE RECEITAS DA IFI PARA DIFERENTES CENÁRIOS

	2022		2023	
	Base	Alternativo	Base	Alternativo
1. Receita primária total	2.359,77	2.359,83	2.351,93	2.282,83
Receitas administradas	1.431,62	1.431,67	1.503,43	1.432,90
Arrecadação líquida para o RGPS	541,56	541,58	561,46	562,89
Receitas não administradas	386,64	386,64	287,04	287,04
2. Transferências por repartição de receita	466,09	466,10	475,43	453,12
3. Receita primária líquida [1-2]	1.893,68	1.893,73	1.876,50	1.829,70

Fonte: IFI.

Queda projetada na receita primária total em 2023, no cenário base, é explicada pelo recuo esperado nas receitas não administradas. No cenário base, que incorpora a desoneração (permanente) do IPI em 35%, a projeção da receita primária total ficaria em R\$ 2.359,8 bilhões, em 2022, e R\$ 2.351,9 bilhões no próximo ano. Essa redução na receita total prevista para 2023, apesar do crescimento de 0,6% do PIB associado a esse cenário, reside no comportamento das receitas não administradas, que recuariam de R\$ 386,6 bilhões, em 2022, para R\$ 287,0 bilhões em 2023. Tal redução se concentra nos recolhimentos de dividendos e participações, que cairiam de R\$ 95,0 bilhões, em 2022, para R\$ 38,0 bilhões em 2023, visto que se espera recuo nos preços do petróleo no mercado internacional, o que afetaria o lucro e a distribuição de dividendos da Petrobras.

A continuidade de desonerações, conforme evidenciado no PLOA 2023 afetou a projeção da arrecadação para o próximo ano. O cenário alternativo incorpora, além da redução permanente do IPI já contemplada no cenário base, a prorrogação de desonerações e outros incentivos tributários da ordem de R\$ 80,2 bilhões, conforme previsto no PLOA 2023⁹. A principal renúncia consiste na prorrogação da desoneração de Cide e PIS/Cofins sobre os combustíveis e o gás de cozinha. No cenário alternativo a receita primária total do governo central seria de R\$ 2.282,8 bilhões em 2023, R\$ 69,1 bilhões inferior à receita total projetada no cenário base. O impacto sobre a receita líquida seria de R\$ 46,8 bilhões (R\$ 1.829,7 bilhões no cenário alternativo, contra R\$ 1.876,5 bilhões no cenário base).

Vale destacar que, no cenário alternativo, o impacto das desonerações seria parcialmente compensado por um maior crescimento da economia em 2023 (1,0%, contra 0,6% no cenário base), ainda que o deflator implícito do PIB fique em 5,5% no cenário alternativo e 5,7% no cenário base.

A expectativa anterior da IFI para a receita primária total em 2022, apresentada em agosto, era de um montante de R\$ 2.319,9 bilhões, ou seja, R\$ 39,9 bilhões superior ao cenário atual. A elevação na projeção em setembro se deu, principalmente, em razão da expectativa de um maior recolhimento de dividendos e participações neste ano (R\$ 95 bilhões, contra R\$ 55,4 bilhões projetados em agosto).

A título de comparação, em agosto, a mediana das projeções dos economistas que participam do Relatório Prisma Fiscal¹⁰, do Ministério da Economia, era de uma arrecadação federal de R\$ 2.220,1 bilhões em 2022. No mesmo relatório, a média das projeções das casas que integram o podium (economistas que mais acertam) é de R\$ 2.261,1 bilhões. Por sua vez, a

⁹ Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento/orcamentos-anuais/2023>.

¹⁰ Página para acesso ao relatório: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/relatorios-do-prisma-fiscal/relatorio-mensal/2022>.

projeção do Poder Executivo contida no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º Bimestre de 2022¹¹, de julho, é de uma receita primária total de R\$ 2.226,1 bilhões neste ano.

2.2 Despesas primárias

O gasto primário deve ter crescimento nominal de 12,9% em 2022. No cenário base, a despesa primária do governo central deve aumentar R\$ 208,4 bilhões, ou 12,9% (Tabela 9). Em percentual do PIB, no entanto, a despesa ficaria mantida em 18,6%, tanto em 2021 quanto em 2022. A expansão nominal ocorre tanto nos gastos obrigatórios quanto nos gastos discricionários. As despesas para enfrentamento da pandemia de covid-19 devem apresentar redução significativa em relação ao ano anterior, ainda que parcialmente compensadas por gastos extras em 2022 referentes aos créditos extraordinários aprovados por meio da Emenda Constitucional (EC) nº 123, de 2022, e o pagamento de sentença judicial ao município de São Paulo referente ao aeroporto Campo de Marte (R\$ 23,9 bilhões). Para este ano a IFI projeta gastos da ordem de R\$ 1.822,5 bilhões, sendo R\$ 1.665,7 bilhões de despesas obrigatórias e R\$ 156,9 bilhões de despesas discricionárias.

TABELA 9. DESPESA PRIMÁRIA – CENÁRIO BASE (R\$ BILHÕES)

Discriminação	2021	2022	Variação	
	Realizado	Projeção IFI	R\$ bilhões	%
Despesa Primária	1.614,2	1.822,5	208,4	12,9
Obrigatórias	1.490,3	1.665,7	175,4	11,8
Previdência (RGPS)	709,6	793,6	84,1	11,8
Pessoal	329,3	336,7	7,4	2,2
Abono Salarial e Seguro Desemprego	45,9	64,1	18,2	39,6
BPC	67,7	80,1	12,5	18,4
Bolsa Família	25,8	97,0	71,3	276,7
Demais obrigatórias	312,0	294,0	-18,0	-5,8
Discricionárias (Executivo)	123,9	156,9	33,0	26,6
<i>Memo:</i>				
Enfrentamento da covid-19, EC 123 e Campo de Marte	121,4	86,3	-35,1	-28,9
Demais	1.492,7	1.736,2	243,5	16,3

Fonte: Tesouro (2021) e IFI (2022). Elaboração: IFI.

Em agosto, as despesas primárias da União devem ficar em R\$ 190,4 bilhões, o que representa um crescimento real de 37,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. De acordo com o Siga Brasil, a despesa primária do governo central somou R\$ 190,4 bilhões em agosto, um crescimento real de 37,4% ante o mesmo mês de 2021. Esse crescimento pode ser atribuído tanto a despesas não recorrentes quanto a mudanças no padrão sazonal de alguns itens de despesas. A seguir, detalha-se os principais itens que influenciaram o desempenho das despesas primárias da União no mês de agosto.

- **Benefícios previdenciários:** montante de R\$ 71,7 bilhões configurou acréscimo real de 22,6% sobre agosto de 2021 e foi influenciado pelo pagamento de R\$ 12,3 bilhões a título de precatórios e sentenças judiciais. Na

¹¹ Link para acesso ao documento: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-de-receitas-e-despesas-primaria-s-rardp/2022/15>.

ausência destes pagamentos, a despesa do RGPS teria crescido 1,6%, em termos reais, na comparação de agosto com o mesmo mês de 2021;

- **Pessoal e encargos sociais:** gasto de R\$ 33,2 bilhões em agosto representou um acréscimo real de 22,5% em relação a igual mês do ano passado. Houve, no entanto, um gasto de R\$ 8,1 bilhões referentes ao pagamento de precatórios que, desconsiderado do montante de R\$ 33,2 bilhões, faria a despesa de pessoal cair 7,3% em agosto ante agosto de 2021, em termos reais;
- **Créditos extraordinários (exceto PAC):** gastos de R\$ 7,1 bilhões, dos quais R\$ 4,3 bilhões foram referentes a transferências de renda no âmbito do Auxílio Brasil. No cenário da IFI, tais transferências devem se manter no nível de R\$ 4,6 bilhões por mês entre setembro e dezembro em razão do pagamento do auxílio adicional no valor de R\$ 200,00 por família, disciplinado na EC nº 123, de 14 de julho de 2022;
- **Sentenças judiciais e precatórios:** pagamentos de R\$ 6,5 bilhões em agosto, contra R\$ 220,4 milhões pagos em agosto de 2021. Vale dizer que, no ano passado, um pagamento (elevado) de R\$ 16,4 bilhões foi realizado em junho;
- **Financiamento de campanha eleitoral:** despesa de R\$ 5,0 bilhões sem contrapartida em agosto de 2021; e
- **Despesas discricionárias:** volume de R\$ 32,5 bilhões (alta real de 147,9%) influenciado pelo pagamento de R\$ 23,9 bilhões feito pela União à Prefeitura de São Paulo a título de indenização pelo uso da área do aeroporto Campo de Marte. Na ausência do pagamento de R\$ 23,9 bilhões, as despesas discricionárias teriam caído 34,7% em termos reais na comparação com agosto de 2021.

Os eventos descritos acima totalizaram gastos de R\$ 60,1 bilhões (R\$ 12,3 bilhões de precatórios no âmbito do RGPS, R\$ 8,1 bilhões de precatórios no gasto de pessoal, R\$ 4,3 bilhões de créditos extraordinários no âmbito do Auxílio Brasil, R\$ 6,5 bilhões de sentenças judiciais e precatórios, R\$ 5,0 bilhões de gastos com a campanha eleitoral e R\$ 23,9 bilhões do pagamento pelo Campo de Marte) em agosto sem contrapartida no mesmo mês de 2021.

Passando para a análise do resultado acumulado no ano, a despesa primária total atingiu R\$ 1.219,2 bilhões em 2022, 2,6%, em termos reais, acima da despesa executada entre janeiro e agosto do ano passado (Tabela 10). Para este resultado, destacam-se os gastos com abono salarial e seguro desemprego (que acumulam alta de 32,4%, muito em função da alteração no calendário de pagamentos do abono salarial), a complementação da União ao Fundeb, que está em período de transição com aumento gradual do valor a ser repassado ao fundo (aumento de 50,4%), as despesas obrigatórias com controle de fluxo, influenciadas pelo gasto com os programas Bolsa Família e Auxílio Brasil (43,3%), e as discricionárias, que cresceram em função de uma despesa atípica no valor de R\$ 23,9 bilhões sem contrapartida nos primeiros meses do ano anterior.

TABELA 10. DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL – 2020 A 2022 – JANEIRO A AGOSTO (R\$ BILHÕES CORRENTES, VAR. % REAL E % DO PIB)

Discriminação	Jan-Ago/20			Jan-Ago/21			Jan-Ago/22		
	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB	R\$ bi correntes	Var.% real	% PIB
Despesa total	1.320,8	45,1%	27,4%	1.071,9	-24,4%	18,8%	1.219,2	2,6%	19,1%
<i>Benefícios previdenciários (RGPS)</i>	458,6	14,0%	9,5%	491,3	-0,2%	8,6%	548,9	0,8%	8,6%
<i>Pessoal (ativos e inativos)</i>	208,9	-0,2%	4,3%	215,4	-3,9%	3,8%	219,8	-7,9%	3,4%
<i>Abono e seguro-desemprego</i>	43,5	13,1%	0,9%	34,2	-26,1%	0,6%	51,0	34,2%	0,8%
<i>Benefício de Prestação Continuada (BPC)</i>	41,8	2,7%	0,9%	45,3	1,0%	0,8%	52,2	4,0%	0,8%
<i>Créditos extraordinários (exceto PAC)</i>	293,6	9884,3%	6,1%	82,7	-74,0%	1,5%	21,8	-76,0%	0,3%
<i>Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha</i>	6,8	-11,6%	0,1%	5,2	-28,5%	0,1%	3,1	-46,2%	0,0%
<i>Fundeb</i>	11,3	1,3%	0,2%	13,0	7,0%	0,2%	21,6	50,4%	0,3%
<i>Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)</i>	21,8	46,2%	0,5%	17,7	-24,9%	0,3%	15,7	-20,0%	0,2%
<i>Subsídios, subvenções e Proagro</i>	23,8	129,4%	0,5%	5,3	-79,3%	0,1%	13,2	126,2%	0,2%
Obrigatórias	1.256,2	48,7%	26,1%	1.011,1	-25,0%	17,8%	1.112,2	-0,7%	17,4%
Obrigatórias com controle de fluxo	80,6	-12,2%	1,7%	90,3	4,6%	1,6%	143,5	43,3%	2,2%
Discricionárias	64,6	-0,6%	1,3%	60,8	-12,7%	1,1%	107,0	58,6%	1,7%
Despesa total sem atipicidades*	908,5	-0,2%	18,8%	943,6	-3,2%	16,6%	1.126,4	7,7%	17,6%
PIB (R\$ bi correntes)			4.822,0			5.689,9			6.397,3

* As atipicidades consideradas são apresentadas e descritas no EE da IFI n.º 17, de dezembro de 2021.

Fonte: SIGA Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central. Elaboração: IFI.

Os benefícios previdenciários devem apresentar relativa estabilidade em relação ao ano anterior. A IFI estima que as despesas com benefícios previdenciários, incluindo as sentenças judiciais e precatórios, devem encerrar 2022 em 8,1% do PIB (R\$ 793,6 bilhões). Este número incorpora dados realizados de janeiro a agosto e a projeção da IFI para os meses seguintes. De acordo com dados extraídos pela IFI no Siga Brasil¹², nos primeiros oito meses do ano, o gasto previdenciário cresceu 11,7% em relação ao mesmo período de 2021. Em termos reais, isto é, corrigindo pelo IPCA a preços de agosto de 2022, esse percentual foi de 0,8%. Essa variação já considera eventuais despesas relacionadas a sentenças judiciais ou a abonos anuais (13^o). No caso dos gastos com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), os primeiros meses do ano são bons preditores do comportamento da despesa no restante do exercício. Dessa forma, optamos por manter a projeção para os gastos com benefícios previdenciários deste ano em R\$ 793,6 bilhões, um aumento de R\$ 84,1 bilhões, ou 11,8%, em relação a 2021 (Tabela 9). Em percentual do PIB, há um leve recuo de 8,2% para 8,1% do PIB no período.

Por fim, a despesa primária recorrente do governo central, calculada pela IFI a partir da metodologia divulgada no mencionado EE n.º 17, de dezembro de 2021, somou R\$ 1.126,4 bilhões no acumulado de 2022 até agosto, alta real de 7,7% sobre 2021 (Tabela 10). O cálculo considera como não recorrentes gastos da covid-19, da cessão onerosa do pré-sal, do Fundo Soberano do Brasil, as antecipações no pagamento do abono salarial e do 13^o do RGPS, e outras despesas, como o pagamento pelo direito de uso do Campo de Marte.

¹² A consulta filtrou os valores pagos, inclusive restos a pagar, na Unidade Orçamentária “Fundo do Regime Geral de Previdência Social”, de janeiro a agosto.

No acumulado de oito meses em 2022, os eventos não recorrentes das despesas somaram R\$ 92,8 bilhões, sendo R\$ 18,7 bilhões gastos voltados ao combate da pandemia, R\$ 50,2 bilhões de antecipação do abono anual (13º) aos aposentados e pensionistas do INSS e R\$ 23,9 bilhões referentes ao Campo de Marte.

Nos 12 meses encerrados em agosto, a despesa primária alcançou R\$ 1.761,4 bilhões (18,8% do PIB), uma redução real de 6,6% ante o mesmo mês de 2021. Assim como apresentado para as receitas, a IFI calculou dois cenários para a despesa em 2022 e 2023 levando em consideração os possíveis impactos caso medidas de estímulo fiscais sejam prorrogadas para o próximo ano, conforme evidenciado no PLOA ou na mensagem presidencial.

A EC nº 123, de 2022, estabeleceu uma série de benefícios sociais, destacando-se um adicional de R\$ 200 mensais por família a ser concedido até dezembro de 2022. Os benefícios foram operacionalizados por meio de créditos extraordinários, de modo a não afetar o teto de gastos. Assim, em agosto, por exemplo, os gastos com o programa Auxílio Brasil foram de cerca de R\$ 12 bilhões, dos quais R\$ 4,3 bilhões referem-se ao adicional temporário. A indefinição quanto a continuidade desta medida e a forma como seria alocada no orçamento do próximo ano elevam as incertezas no *front* fiscal.

Perspectiva de manutenção do Auxílio Brasil em R\$ 600 no próximo ano demandará esforço para acomodação no orçamento. Apesar de o PLOA de 2023 ter sido encaminhado ao Congresso considerando uma hipótese de gastos com PAB no valor de R\$ 105,7 bilhões, isto é, equivalente a um benefício médio mensal de R\$ 405 reais para cerca de 21,6 milhões de famílias; a Mensagem Presidencial encaminhada junto ao PLOA de 2023 indica a intenção do governo em ampliar os benefícios para o próximo ano com um adicional de R\$ 200 mensais por família. De acordo com a mensagem, o governo federal “reconhece a relevância da referida política pública e a importância da continuidade daquele incremento para as famílias atendidas pelo Programa” (Mensagem Presidencial: PLOA 2023, pág. 36)¹³.

Ainda de acordo com a mensagem, o Presidente informa que o “Poder Executivo envidará esforços em busca de soluções jurídicas e de medidas orçamentárias que permitam a manutenção do referido valor no exercício de 2023, mediante o diálogo junto ao Congresso Nacional para o atendimento dessa prioridade”. (Mensagem Presidencial: PLOA 2023, pág. 36).

Assim, ainda que o PLOA não tenha contemplado a prorrogação do adicional de R\$ 200 do PAB, faz-se necessária uma análise dos impactos, caminhos e riscos fiscais associados a uma eventual prorrogação do benefício adicional.

Vale ressaltar que a EC nº 123 autoriza o pagamento de um adicional de R\$ 200 para os beneficiários do PAB apenas até dezembro. A manutenção do benefício adicional demandaria ajustes no orçamento e eventualmente nas regras fiscais, quer seja para tornar o gasto adicional excepcional à regra do teto, quer seja para acomodar a despesa à regra existente. Ou seja, caso a opção seja por manter o Auxílio Brasil em R\$ 600 no próximo ano, o governo precisará, em momento oportuno, divulgar como seria feito esse pagamento cumprindo a regra constitucional do teto de gastos.

PAB adicional de R\$ 200 mensal por família no próximo ano foi incorporado em um cenário à parte. A Tabela 11 apresenta as projeções de despesa primária total da IFI para 2022 e 2023, nos cenários base e alternativo. Em razão da ausência de previsão legal para o pagamento de R\$ 600 no âmbito do Auxílio Brasil no próximo ano, as projeções não incorporam essa despesa. Adiante, será apresentada uma simulação e apresentado o risco fiscal associado ao Auxílio no valor de R\$ 600, cuja despesa foi incorporada a um cenário alternativo modificado.

Cenários para a despesa primária abarcam os efeitos da Medida Provisória nº 1.135, de 2022. As projeções de despesa nos cenários base e alternativo incorporam o adiamento dos repasses aos setores da cultura e de eventos previstos em leis criadas para atenuar os efeitos da pandemia sobre essas atividades (Lei nº 14.148, de 2021, Lei nº

¹³ Link para acesso ao documento: https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento/orcamentos-anuais/2023/ploa/Mensagem_Presidencial_2023.pdf.

14.399, de 2022 e Lei Complementar nº 195, de 2022), segundo a Medida Provisória nº 1.135, de 2022. A matéria prevê os pagamentos a esses setores na situação em que existir disponibilidades orçamentárias e financeiras no orçamento da União.

TABELA 11. PROJEÇÕES DE DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL EM 2022 E 2023, NOS CENÁRIOS BASE E ALTERNATIVO (R\$ BILHÕES)

Discriminação	2022		2023	
	Base	Alternativo	Base	Alternativo
Despesa total	1.822,5	1.822,5	1.869,5	1.869,4
<i>Benefícios previdenciários (RGPS)</i>	793,6	793,6	862,2	862,2
<i>Pessoal (ativos e inativos)</i>	336,7	336,7	372,4	372,4
<i>Abono e seguro-desemprego</i>	64,1	64,1	68,6	68,7
<i>Benefício de Prestação Continuada (BPC)</i>	80,1	80,1	89,4	89,4
<i>Créditos extraordinários (exceto PAC)</i>	53,4	53,4	2,0	2,0
<i>Fundeb</i>	33,4	33,4	40,0	40,0
<i>Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)</i>	19,2	19,2	24,7	24,7
<i>Subsídios, subvenções e Proagro</i>	21,5	21,5	22,1	22,1
Obrigatórias	1.665,7	1.665,7	1.753,7	1.753,7
Obrigatórias com controle de fluxo	222,6	222,6	239,0	239,0
Discricionárias	156,9	156,9	115,8	115,7

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

Projeção do IPCA influencia o cálculo do teto de gasto da União. Basicamente, a diferença entre os cenários para as despesas primárias base e alternativo, apresentados na Tabela 12, reside nas projeções consideradas para o IPCA em 2022, que define o teto de gasto para o ano. Como apresentado na seção do Contexto Macroeconômico, a projeção da IFI para o IPCA de 2022 é de 6,4%, nos dois cenários (base e alternativo). A diferença está apenas na terceira casa decimal. Um valor mais baixo para o IPCA resulta em um teto mais baixo para a despesa primária total. A projeção para o IPCA de 2022 tem sido revista para baixo nas últimas semanas em razão, principalmente, da prorrogação da desoneração de tributos federais (PIS/PASEP, Cide e Cofins) incidentes sobre combustíveis e gás de cozinha prevista no PLOA 2023.

A Tabela 12 apresenta valores para uma variação do cenário alternativo, o cenário alternativo modificado, de forma a incorporar a despesa do Auxílio Brasil no valor de R\$ 600 para 21,6 milhões de famílias. A IFI estima que o impacto dessa medida seja de R\$ 51,8 bilhões na despesa primária de 2023. A Tabela simula a situação em que o Auxílio seja acomodado no orçamento mediante o corte de despesas discricionárias.

TABELA 12. MODIFICAÇÃO DO CENÁRIO ALTERNATIVO PARA INCORPORAR A DESPESA DO AUXÍLIO BRASIL DE R\$ 600 A PARTIR DE 2023

Riscos Fiscais (2023)	R\$ bilhões		% do PIB	
	Cenário alternativo	Cenário alternativo modificado	Cenário alternativo	Cenário alternativo modificado
Auxílio Brasil em R\$ 600 p/ 21,6 milhões de famílias	-	51,8		0,5
Despesas discricionárias, caso incremento seja sujeito ao teto	115,7	63,9	1,1	0,6
Despesas primárias totais, caso incremento seja extra teto	1.869,4	1.921,3	17,9	18,4

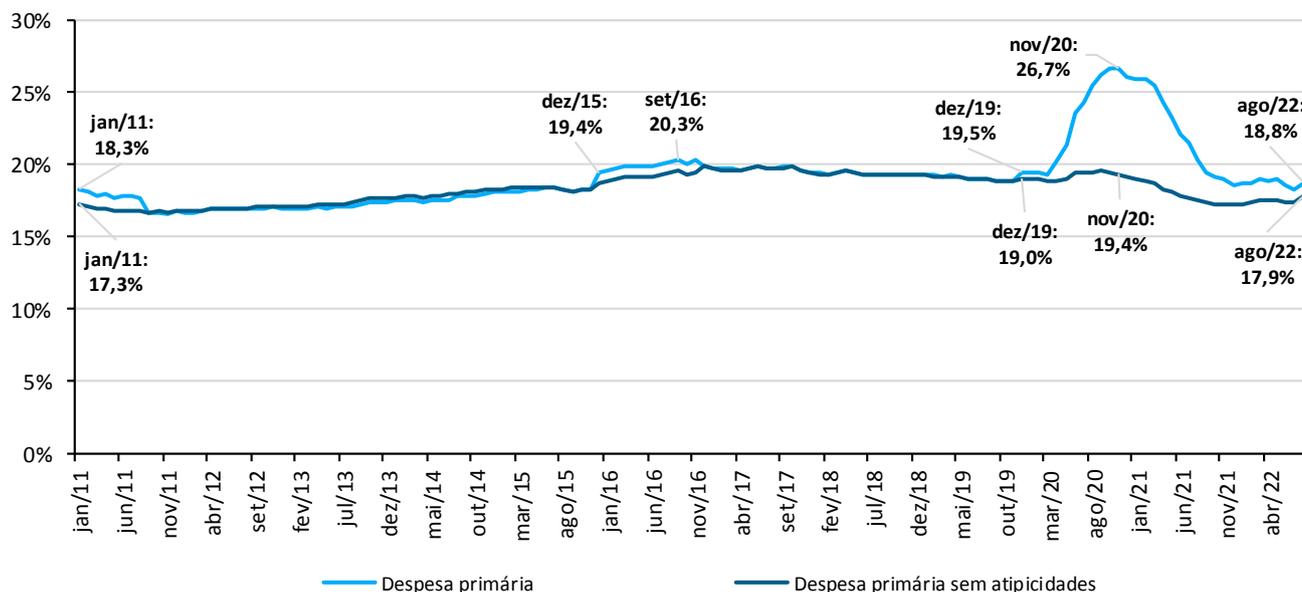
Fonte: IFI.

Adicional de R\$ 200 mensais para 21,6 milhões de famílias equivale a um gasto de 0,5% do PIB em 2023. De acordo com a Tabela 12, a incorporação da despesa do Auxílio Brasil em R\$ 600 para 21,6 milhões de famílias beneficiadas em um cenário em que os gastos são executados por fora da regra do teto, em 2023, elevaria a despesa primária total do governo central de R\$ 1.869,4 bilhões para R\$ 1.921,3 bilhões. Caso o benefício seja executado dentro da regra do teto, uma eventual compressão das despesas discricionárias para acomodar os R\$ 51,8 bilhões no teto de gastos faria essas despesas recuarem de R\$ 115,7 bilhões (1,1% do PIB) para R\$ 63,9 bilhões (0,6% do PIB), redução equivalente a 0,5 p.p. do PIB. As despesas discricionárias em R\$ 115,7 bilhões representam um risco moderado de descumprimento do teto de gastos, já o volume de R\$ 63,9 bilhões eleva esse risco, dado a elevada possibilidade de paralização no funcionamento da máquina pública.

Simulação indica a dificuldade de viabilizar o pagamento do Auxílio Brasil de R\$ 600 com essas despesas dentro do teto. Um cenário como o apresentado no parágrafo acima não é razoável em razão do montante mínimo de despesas discricionárias necessário para o funcionamento da máquina pública. De acordo com cálculos feitos pela IFI, em 2022, esse gasto discricionário mínimo seria da ordem de R\$ 117 bilhões. Em 2023, esse montante passaria a R\$ 122 bilhões. O exercício evidencia, portanto, não apenas a ausência de espaço no teto de gastos da União para a execução da despesa do Auxílio Brasil em R\$ 600, mas as dificuldades impostas ao governo para a acomodação desse gasto no orçamento.

Apesar do aumento em agosto, despesa primária medida em proporção do PIB segue relativamente controlada. Para encerrar a presente subseção, apresenta-se a trajetória em 12 meses da despesa primária convencional e recorrente, calculada pela IFI de acordo com a metodologia apresentada no EE nº 17, de dezembro de 2021. O Gráfico 11 contém essas duas séries medidas como proporção do PIB. A despesa primária total alcançou 18,8% do PIB em agosto, ante 18,3% do PIB em julho e 18,6% do PIB em junho. A despesa sem as atipicidades (ou recorrente) subiu de 17,4% do PIB em junho e julho para 17,9% do PIB em agosto. As duas curvas indicam que a despesa primária permanece relativamente controlada.

GRÁFICO 11. EVOLUÇÃO EM 12 MESES DA DESPESA PRIMÁRIA CONVENCIONAL E RECORRENTE - % DO PIB



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

A Emenda Constitucional nº 124, de 14 de julho de 2022, estabeleceu que lei federal instituiria os pisos salariais nacionais para enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras¹⁴. No mês seguinte, a lei 14.434, de 4 de agosto de 2022, fixou os valores: R\$ 4.750 para enfermeiros, R\$ 3.325 para técnicos de enfermagem, e R\$ 2.375 para auxiliares de enfermagem e parteiras¹⁵.

Ainda existe incerteza jurídica sobre a adoção do piso, que foi objeto de ação no STF. Até a conclusão do presente relatório, os ministros do tribunal ainda não haviam concluído a votação sobre a suspensão da medida. Além disso, o desenho de eventuais medidas de apoio da União a entes subnacionais e ao setor privado (reajuste da Tabela SUS, compensação de dívidas e desoneração da folha salarial) ainda não está claro. Assim sendo, por ora decidimos não incorporar as estimativas de impacto do piso da enfermagem aos nossos cenários. A IFI continuará acompanhando o tema.

Piso da enfermagem teria impacto anual de R\$ 5,5 bilhões no setor público, concentrado nos entes subnacionais (Tabela 13). O valor representa quanto seria necessário despende a mais, supondo que todos os vínculos empregatícios sejam mantidos. A esfera municipal concentra o maior impacto (R\$ 3,9 bilhões), em parte porque é nesta esfera que está a maior quantidade dos profissionais do setor público beneficiados pela medida. O menor impacto está na esfera federal (R\$ 26,9 milhões). Como sugerido acima, apesar do destaque dos entes subnacionais, o debate em andamento entre autoridades federais indica que a União adotaria medidas para dar suporte a esta nova despesa, garantindo que os demais entes satisfaçam o piso salarial da profissão.

¹⁴ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc124.htm.

¹⁵ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2019-2022/2022/Lei/L14434.htm.

TABELA 13. ESTIMATIVA DE IMPACTO ANUAL DO PISO DA ENFERMAGEM SOBRE AS DESPESAS REMUNERATÓRIAS

Setor	Impacto anual (R\$ milhões)
Setor público	5.508,3
Esfera federal	26,9
Esfera estadual	1.499,4
Esfera municipal	3.929,3
Empresas públicas (das três esferas)	52,6
Setor privado empresarial	5.488,4
Setor privado sem fins lucrativos	6.382,9
Total	17.379,6

Elaboração: IFI, a partir de dados da RAIS 2020.

Medidas da União para apoio aos entes subnacionais e ao setor privado custariam R\$ 17,4 bilhões por ano. Deste total, R\$ 5,4 bilhões corresponderiam à ajuda a estados e municípios, e R\$ 11,9 bilhões corresponderiam à ajuda aos setores privados empresarial (R\$ 5,9 bilhões) e sem fins lucrativos (R\$ 6,4 bilhões).

2.3 Resultado primário do governo central e do setor público consolidado

Os dados coletados pela IFI no portal Siga Brasil mostraram deficit primário de R\$ 51,8 bilhões para o governo central em agosto, ante deficit de R\$ 9,1 bilhões no mesmo mês de 2021. Desconsiderando as despesas de R\$ 60,1 bilhões apresentadas na subseção anterior, que não tiveram contrapartida em 2021, teria havido superavit primário de R\$ 8,3 bilhões em agosto.

Despesas sem contrapartida em 2021 afetaram o resultado primário da União em agosto. No acumulado de 2022, o governo central apurou superavit primário de R\$ 21,3 bilhões, abaixo dos R\$ 73,1 bilhões de superavit acumulado até julho. O superavit primário acumulado em 2022 continuou a refletir o aumento das receitas e o relativo controle da despesa primária, dado o teto de gastos.

Cenários base e alternativo produzem valores distintos para o resultado primário do governo central. Em 12 meses até agosto, o governo central apresentou superavit primário de R\$ 68,4 bilhões (0,7% do PIB). Para este ano, a IFI projeta superavit de R\$ 71,2 bilhões em ambos cenários traçados (base e alternativo). Para 2023, porém, a projeção se materializa em valores que podem ir desde um leve superavit de R\$ 7,0 bilhões até um deficit da ordem de R\$ 91,6 bilhões. A elevada incerteza em relação ao cenário fiscal para o próximo ano é explicitada na forma de três cenários fiscais, a saber: (i) cenário base da IFI, respeitando a vigência das medidas emergenciais que foram adotadas este ano, (ii) cenário alternativo, em que as medidas de estímulo fiscal adotadas este ano são prorrogadas para o ano seguinte, porém respeitando a atual regra fiscal do teto de gastos, isto é, a prorrogação do benefício adicional do PAB é sujeito ao teto de gastos; e (iii) o mesmo cenário alternativo, porém com a prorrogação do benefício adicional do PAB sendo executada como despesa não sujeita ao teto de gastos. Assim, as projeções de receitas e despesas primárias apresentadas nesta subseção implicarão em valores diferentes para o resultado primário neste ano e no próximo. A Tabela 14 apresenta esses valores, considerando os três cenários descritos anteriormente.

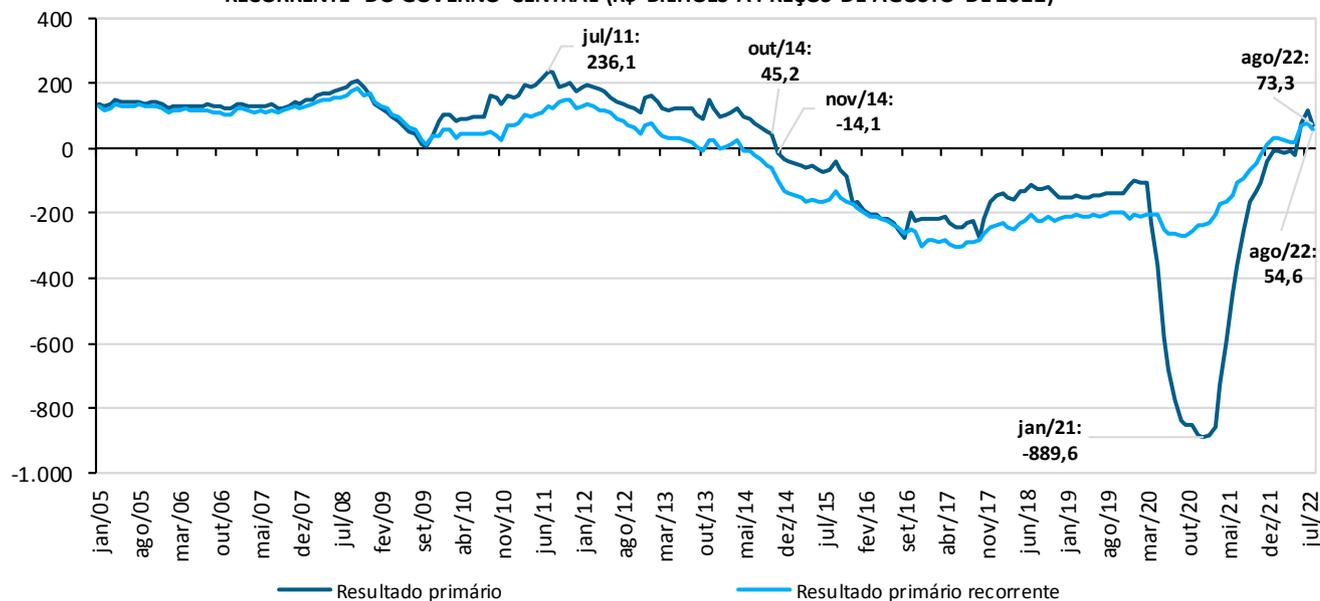
TABELA 14. PROJEÇÕES PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL EM 2022 E 2023, NOS CENÁRIOS BASE E ALTERNATIVO (R\$ BILHÕES)

Discriminação	2022		2023		
	Base	Alternativo	Base	Alternativo	Alternativo modificado
Receita líquida	1.893,7	1.893,7	1.876,5	1.829,7	1.829,7
Despesa primária	1.822,5	1.822,5	1.869,5	1.869,4	1.921,3
Resultado primário	71,2	71,2	7,0	-39,7	-91,6

Fonte: IFI.

Desonerações previstas no PLOA 2023 e pagamento do Auxílio Brasil de R\$ 600 podem elevar o deficit primário da União a 91,6 bilhões em 2023. A partir da Tabela 14, é possível concluir que: (i) em 2022, a revisão para cima da projeção das receitas primárias elevou a expectativa da IFI para o superavit primário do governo central a R\$ 71,2 bilhões (ante R\$ 27,0 bilhões projetados em agosto); (ii) para 2023, no cenário base, a projeção da IFI para o superavit primário da União é de R\$ 7,0 bilhões, enquanto que a projeção no cenário alternativo é de um deficit primário de R\$ 39,7 bilhões em razão das desonerações previstas no PLOA 2023, porém sem impacto pelo lado das despesas, pois o adicional de R\$ 200 mensais por família referente ao PAB seria compensado por redução em outras despesas para acomodar este gasto à regra do teto; e (iii) no cenário alternativo em que o benefício adicional do PAB é executado por fora do teto, o deficit primário projetado para 2023 aumenta para R\$ 91,6 bilhões.

GRÁFICO 12. EVOLUÇÃO EM 12 MESES DO RESULTADO PRIMÁRIO E DO RESULTADO PRIMÁRIO RECORRENTE DO GOVERNO CENTRAL (R\$ BILHÕES A PREÇOS DE AGOSTO DE 2022)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Siga Brasil e Tesouro Gerencial. Elaboração: IFI.

O Gráfico 12 apresenta a trajetória em 12 meses dos resultados primário convencional (observado) e recorrente do governo central a preços de agosto de 2022. Enquanto o resultado convencional foi de um superavit de R\$ 73,3 bilhões em agosto, o resultado recorrente foi positivo em R\$ 54,6 bilhões. O resultado recorrente confirma uma melhora na trajetória do primário da União a partir do último trimestre de 2020, quando a arrecadação passou a crescer em ritmo acelerado.

2023 apresenta aumento do risco fiscal, tanto pelo lado das receitas quanto das despesas. Como mencionado anteriormente, a desaceleração esperada na atividade econômica doméstica e externa nos próximos meses em razão da política monetária mais apertada constitui um risco para a trajetória das receitas, especialmente a partir de 2023. Pelo lado da despesa, a eventual prorrogação do benefício adicional do PAB no valor médio de R\$ 600 mensais por família representa igualmente um risco, tendo em vista a ausência de espaço no teto de gastos da União para a execução dessa despesa. A forma como essa despesa seria acomodada pode influenciar a credibilidade do regime fiscal do país. A IFI seguirá monitorando tais riscos de forma tempestiva.

Dados do Banco Central indicam superavit primário robusto da União e dos entes subnacionais no acumulado de 2022 até julho. Analisam-se agora os dados disponibilizados pelo Banco Central, atualizados até julho de 2022, referentes aos resultados primário e nominal do setor público consolidado calculados a partir da metodologia abaixo da linha¹⁶. No acumulado de sete meses em 2022, o setor público, incluindo o governo central, os governos regionais e as empresas estatais, teve superavit primário de R\$ 150,3 bilhões, contra déficit de R\$ 15,5 bilhões apurado no mesmo período de 2021. O governo central apurou superavit de R\$ 73,7 bilhões em 2022 até julho, enquanto os estados e municípios acumularam resultado positivo de R\$ 72,3 bilhões e as empresas estatais, outro de R\$ 4,3 bilhões.

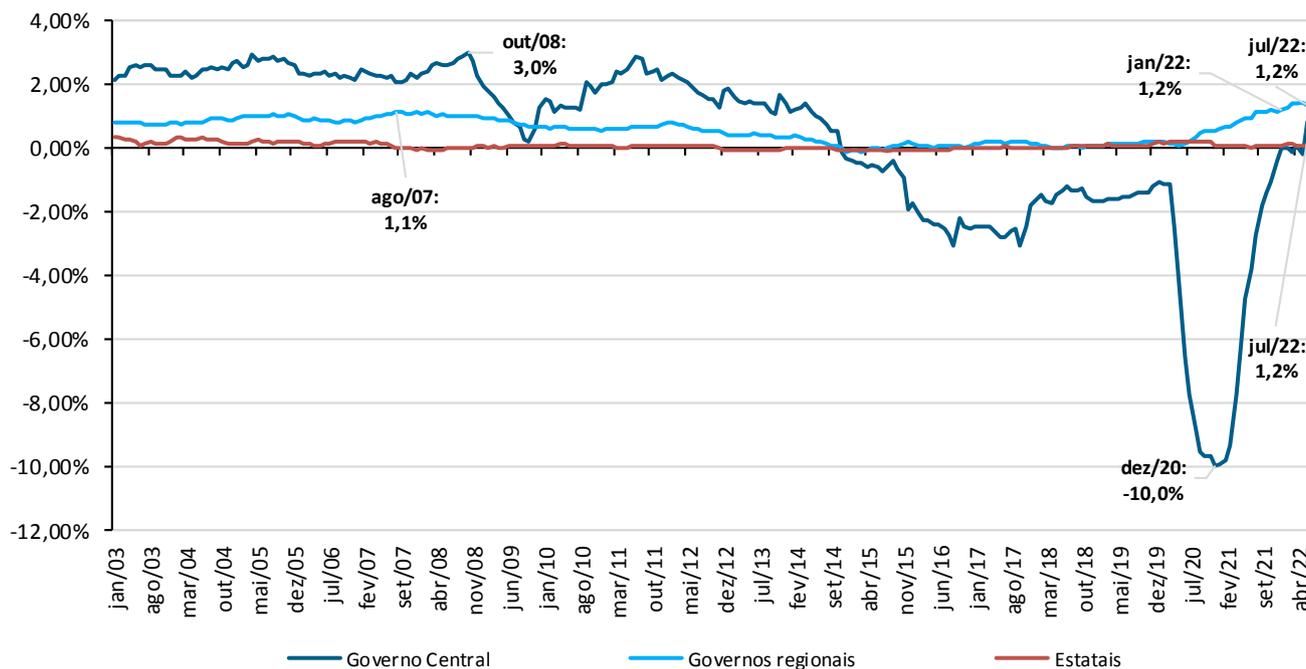
Em 12 meses até julho, o setor público teve superavit primário de 230,6 bilhões (2,5% do PIB) segundo o Banco Central. Desse montante, o governo central (governo federal, Banco Central e INSS) respondeu por um superavit de R\$ 109,9 bilhões (1,2% do PIB), enquanto os governos regionais (estados e municípios) e as empresas estatais apresentaram superavit de, respectivamente, R\$ 115,6 bilhões (1,2% do PIB) e R\$ 5,1 bilhões (0,1% do PIB). Essas informações estão apresentadas no Gráfico 13.

Superavit primário de estados e municípios acumulado em 12 meses começou a cair em junho. Ainda em relação ao Gráfico 13, vale dizer que o superavit primário dos governos regionais caiu de 1,4% do PIB em maio, para 1,3% do PIB em junho, e para 1,2% do PIB em julho. No segundo semestre, as inovações trazidas na Lei Complementar (LC) nº 194, de 23 de junho de 2022, como a classificação de telecomunicações, energia elétrica, combustíveis e transporte público como bens e serviços essenciais, vão reduzir a arrecadação dos entes subnacionais, afetando, portanto, a trajetória do superavit primário.

Arrecadação do ICMS arrefeceu em julho. A título de ilustração, segundo o Confaz, a arrecadação de ICMS dos 26 estados e do Distrito Federal caiu 16,9%, em termos reais, em julho na comparação com o mesmo mês de 2021. Até junho, os recolhimentos de ICMS registravam expansão na comparação anual. No acumulado de 2022 até julho, as receitas do tributo tiveram acréscimo real de 1,2%, ante 4,5% no acumulado até junho e 4,8% no acumulado até maio.

¹⁶ Para uma explicação mais detalhada, acessar o Manual de Estatísticas Fiscais do Boletim Resultado do Tesouro Nacional: <https://bit.ly/3pjxgEv>.

GRÁFICO 13. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL, DOS GOVERNOS REGIONAIS E DAS EMPRESAS ESTATAIS, ACUMULADO EM 12 MESES - % DO PIB



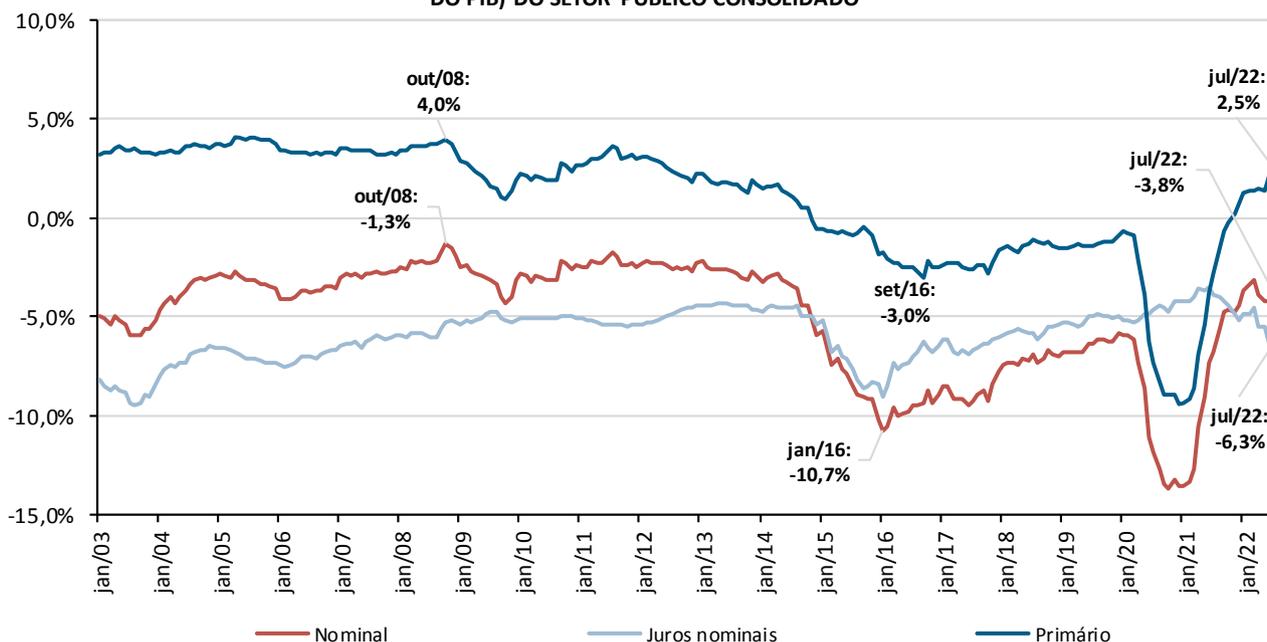
Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

Considerando o resultado nominal do setor público, que inclui o resultado primário e o pagamento de juros sobre a dívida pública, nos 12 meses encerrados em julho, houve deficit de R\$ 355,9 bilhões (3,8% do PIB). O Gráfico 14 apresenta essa informação. A composição desse deficit se deu da seguinte forma: deficit nominal do governo central de 4,3% do PIB; superavit dos governos regionais de 0,6% do PIB; e resultado das empresas estatais de zero.

Trajetória da despesa de juros do setor público é de aumento. Ainda considerando a comparação em 12 meses, a despesa de juros do setor público alcançou 6,3% do PIB (ou R\$ 586,4 bilhões) em julho, contra 6,4% do PIB (R\$ 588,6 bilhões) em junho e 3,9% do PIB (R\$ 323,5 bilhões) em julho de 2021 (Gráfico 14). A despesa de juros como proporção do PIB reverteu a trajetória de queda em julho do ano passado, quando assumiu trajetória de elevação. Tal movimento tem relação com o aperto monetário iniciado pelo Banco Central em março de 2021. A perspectiva é de que a despesa de juros continue em elevação, à medida que o custo médio da dívida pública continue a subir e se mantenha em um patamar relativamente elevado por alguns meses. Vale dizer que, no Gráfico 14, a despesa de juros aparece com o sinal invertido no eixo.

Como destacado em edições anteriores deste RAF, o crescimento esperado da despesa de juros como proporção do PIB tende a afetar a trajetória do resultado nominal, tornando necessária a geração de superavit primários maiores para manter o resultado nominal em queda. Ainda, uma maior despesa de juros torna mais difícil a estabilização dos níveis de endividamento do país, também exigindo resultados primários mais elevados para estabilizar a dívida bruta como proporção do PIB.

GRÁFICO 14. RESULTADO PRIMÁRIO, NOMINAL E GASTOS COM JUROS ACUMULADOS EM 12 MESES (% DO PIB) DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

2.4 Evolução dos indicadores de endividamento do setor público

Curva de juros no Brasil perdeu nível com ambiente de maior propensão a risco dos agentes. Em julho, os mercados operaram com bastante volatilidade em razão de incertezas relacionadas ao ambiente inflacionário global e a condução da política monetária em vários países. Em agosto, por sua vez, instaurou-se um ambiente de menor aversão a risco em razão da perspectiva de uma dinâmica mais favorável para a inflação em alguns países, como o Brasil. Com efeito, a redução nos preços dos combustíveis e da energia elétrica no país gerou deflação ao consumidor em julho e agosto. A possibilidade de interrupção do ciclo de aperto monetário contribuiu para a redução de nível da curva de juros local.

Faz-se primeiramente uma análise das informações contidas no Relatório Mensal da Dívida (RMD), da Secretaria do Tesouro Nacional, com dados atualizados até julho.

Em julho, houve resgates líquidos de títulos da DPMFi, especialmente prefixados em razão de um vencimento. Nas operações no mercado primário de títulos, os resgates de títulos da Dívida Pública Federal (DPF) superaram as emissões em R\$ 81,6 bilhões em julho (houve, portanto, resgates líquidos de títulos). Tais resgates foram determinados por títulos prefixados da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi), que registraram emissão líquida negativa de R\$ 107,5 bilhões no período. Em julho, houve o vencimento de R\$ 110,9 bilhões em Letras Financeiras do Tesouro (LFTN) e pagamento de cupom do título Nota do Tesouro Nacional, série F (NTN-F), da ordem de R\$ 22 bilhões. No acumulado de 2022 até julho, a DPMFi teve resgates líquidos de R\$ 136 bilhões.

Na DPMFi, as emissões em julho ficaram concentradas nos títulos prefixados e nos títulos remunerados por taxa flutuante (cerca de R\$ 26 bilhões cada).

Redução no estoque da DPF em julho decorreu dos resgates líquidos de títulos prefixados. O estoque da Dívida Pública Federal (DPF) diminuiu R\$ 41,2 bilhões em julho comparativamente a junho, totalizando R\$ 5.804,4 bilhões. No período, foram apuradas reduções de R\$ 36,8 bilhões no estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi),

a R\$ 5.558,6 bilhões, e de R\$ 4,4 bilhões no estoque da Dívida Pública Federal Externa (DPFe), a R\$ 245,8 bilhões. A queda no estoque da DPF em julho foi parcialmente compensada pela apropriação de juros de R\$ 40,5 bilhões. Na DPMFi, a redução no estoque foi determinada pelos títulos prefixados, cujo saldo caiu R\$ 97,4 bilhões em julho ante o mês anterior em razão dos resgates líquidos ocorridos.

Reserva de liquidez do Tesouro permaneceu em níveis relativamente confortáveis em julho. De acordo com a STN, a reserva de liquidez da dívida pública estava em R\$ 1.177,7 bilhões em julho, ante R\$ 1.221,4 bilhões registrados no mês anterior e R\$ 1.159,9 bilhões apurados em julho de 2021. A reserva de liquidez (também chamada de colchão de liquidez) integra as disponibilidades de caixa do Tesouro depositadas na Conta Única no Banco Central. Novamente, a desvinculação de recursos de fundos e o ingresso de dividendos ajudaram a manter a reserva de liquidez do Tesouro em julho.

O índice de liquidez, que corresponde à suficiência de caixa para cobrir os vencimentos à frente da DPMFi, alcançou 9,49 meses em julho, ante 9,75 meses em junho, e 9,56 meses em julho de 2021. Ou seja, na ausência de novas emissões, em julho, o Tesouro conseguiria pagar 9,49 meses de vencimentos de títulos da DPMFi. O valor prudencial, por sua vez, que corresponde ao pagamento de três meses de vencimento de títulos da DPMFi, foi de R\$ 505,0 bilhões em julho, ante R\$ 555,7 bilhões em junho.

Taxas médias de emissão nos leilões de dívida caíram em julho. As taxas médias de emissões da DPMFi caíram em julho, conforme informações apresentadas pela STN no RMD. Houve, no entanto, movimentos de oscilação ao longo do mês, com elevação até o dia 21 e queda sendo verificada na última semana do mês. Para os títulos prefixados (LTN) de 24 meses, a taxa média de emissão foi de 12,94% a.a. em julho, contra 13,30% a.a. em junho. Nos títulos prefixados de 48 meses, a taxa foi de 12,75% a.a. em julho, estável ante o mês anterior. No título prefixado de 10 anos, com pagamento de juros semestrais, a taxa média de emissão caiu de 13,11% a.a. em junho para 12,93% a.a. em julho.

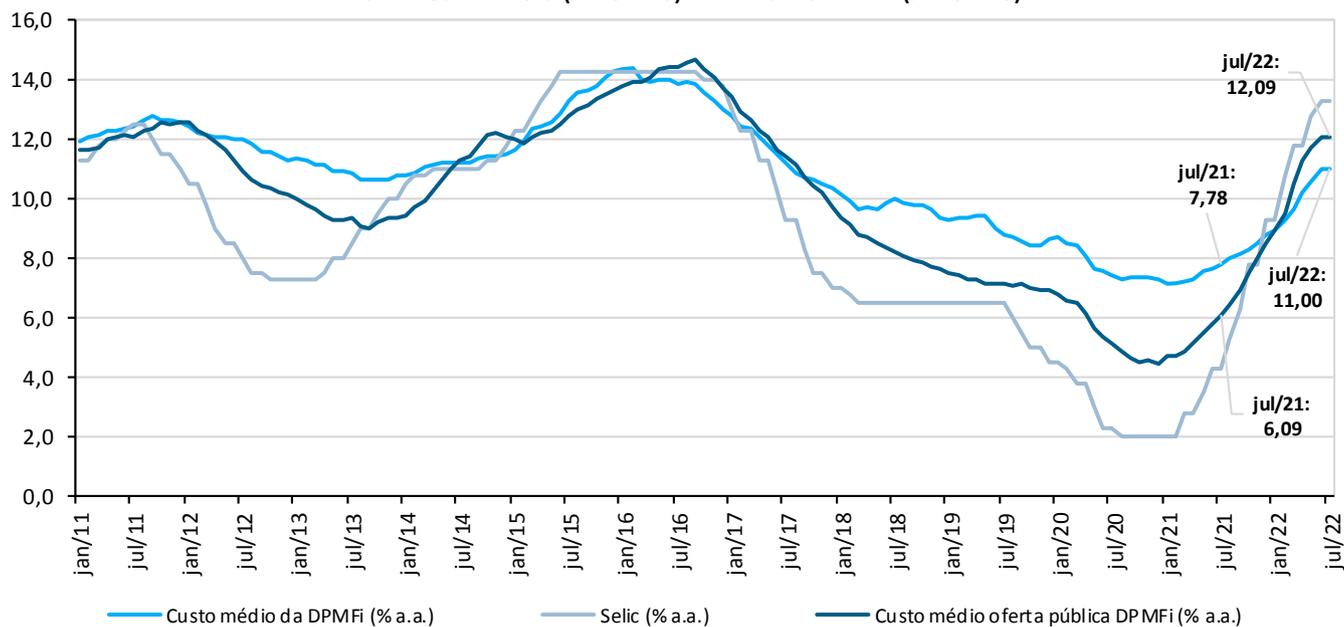
Ambiente econômico de menor aversão a risco propiciou nova redução nas taxas dos leilões de dívida em agosto. Informações levantadas pela IFI nos leilões realizados pelo Tesouro¹⁷ indicam novas quedas nas taxas dos títulos da DPMFi em agosto. O título prefixado com vencimento em 1º de abril de 2023 teve taxa média de emissão de 13,76% a.a. em agosto, contra 14,01% a.a. em julho. Para o título prefixado com vencimento em 1º de janeiro de 2026, a taxa média de emissão caiu de 13,11% a.a. em julho para 12,07% a.a. em agosto. Os títulos atrelados a índices de preços também registraram redução nas taxas de emissão em agosto, em linha com a queda da inflação nos dois últimos meses. Os títulos (e os respectivos vencimentos) são comunicados trimestralmente pelo Tesouro e podem sofrer alterações ao longo do tempo.

Proximidade do fim do ciclo de aperto monetário fez o custo médio da dívida pública começar a estabilizar em julho. Para encerrar a análise dos indicadores de endividamento, contidos no RMD, o custo médio do estoque da DPMFi, acumulado em 12 meses, ficou praticamente estável entre junho (10,98% a.a.) e julho (11,00% a.a.). Na comparação com julho de 2021, o custo médio do estoque da DPMFi subiu 3,22 p.p. (Gráfico 15).

O custo médio das emissões em oferta pública da DPMFi também apresentou relativa estabilidade na passagem de junho para julho, tendo crescido marginalmente de 12,03% a.a. para 12,09% a.a. na comparação em 12 meses. Em relação a julho de 2021, o custo médio das emissões da DPMFi cresceu 6,00 p.p. (Gráfico 15).

¹⁷ Link para acesso à planilha: <https://www12.senado.leg.br/ifi/dados/dados>.

GRÁFICO 15. CUSTO MÉDIO DA DÍVIDA PÚBLICA (ESTOQUE E OFERTAS PÚBLICAS), ACUMULADO NOS ÚLTIMOS 12 MESES (% AO ANO) E TAXA SELIC - META (% AO ANO)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: IFI.

O custo médio do estoque da DPMFi mostrou certa acomodação em julho, provavelmente em razão da perspectiva de interrupção do ciclo de aperto monetário conduzido pelo Banco Central desde março do ano passado. Ainda que a Selic pare de subir, o custo médio de emissão da dívida pública se estabilizará em patamar relativamente alto, tendo em vista os sinais emitidos pelo Comitê de Política Monetária (Copom) de que manterá os juros elevados por vários meses à frente.

A redução nas taxas de emissão dos títulos públicos em julho e agosto caracteriza uma condição mais favorável ao Tesouro, ainda que esse alívio possa ser momentâneo e não deva configurar uma reversão de tendência. O mais provável é que essas taxas se acomodem em torno dos atuais níveis, só devendo cair no momento em que se iniciar o próximo ciclo de afrouxamento monetário.

Importante mencionar também a persistência de incertezas em relação ao arcabouço fiscal brasileiro a partir do próximo ano. O contexto é de muitas pressões por aumento de despesas, ao mesmo tempo em que parte do aumento da arrecadação verificado no período recente tende a ser transitório, pois está relacionado com os preços de commodities e da inflação. Assim, a forma como a questão da sustentabilidade das contas públicas do país será endereçada representará um importante elemento de dispersão das incertezas e de reconquista da credibilidade da política fiscal.

Passa-se agora para a análise dos indicadores de endividamento divulgados pelo Banco Central (metodologia abaixo da linha), com informações atualizadas até julho. A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) atingiu 77,6% do PIB (R\$ 7.217,1 bilhões) naquele mês, redução de 0,4 p.p. em relação a junho e outra de 5,1 p.p. ante julho de 2021 (Gráfico 16). Ao analisar os fatores condicionantes da dívida, de acordo com o Banco Central, essa redução no indicador em julho decorreu do crescimento do PIB nominal (diminuição de 0,9 p.p.) e dos resgates líquidos de dívida (queda de 0,1 p.p.), parcialmente compensados pela apropriação de juros nominais (alta de 0,6 p.p.).

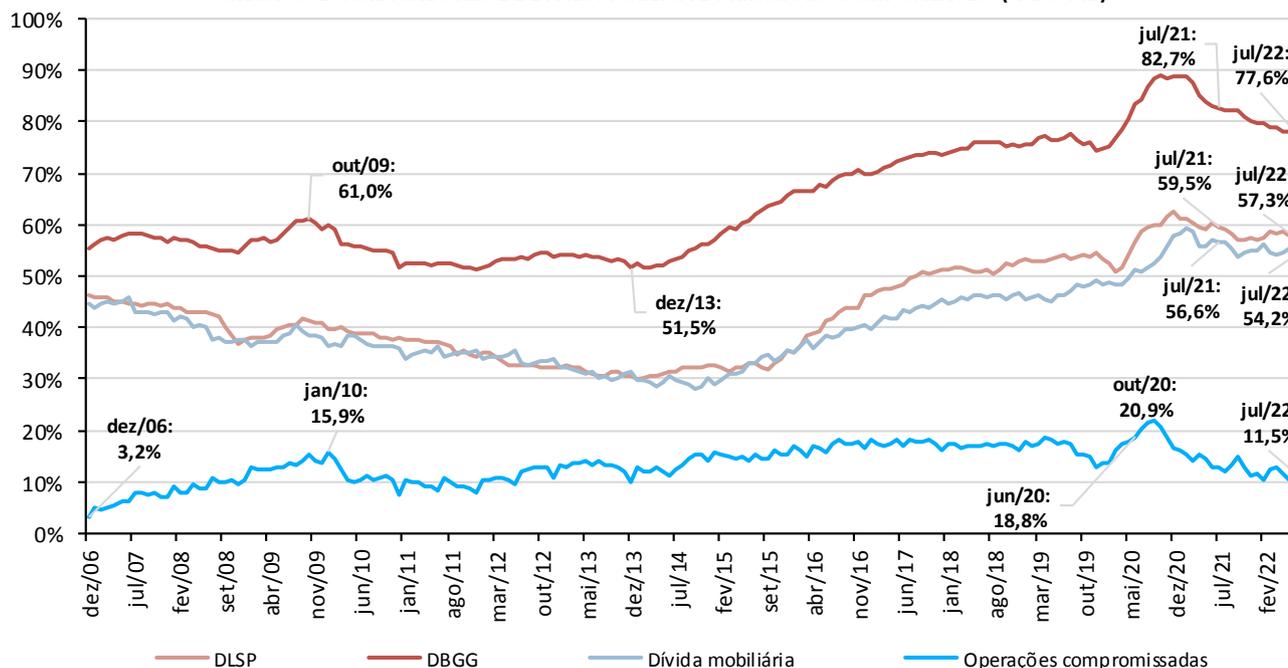
Evolução do PIB nominal e os resgates líquidos de dívida continuaram determinantes para a redução do endividamento bruto em 2022. No acumulado de 2022 até julho, a DBGG caiu 2,7 p.p. do PIB. Essa queda se deu em função do aumento do PIB nominal (queda de 5,3 p.p.), dos resgates líquidos de dívida (diminuição de 1,7 p.p.) e da apreciação da taxa de câmbio (redução de 0,4 p.p.), parcialmente compensados pela apropriação de juros nominais (alta

de 4,7 p.p.). Vale dizer que resgates líquidos de dívida não necessariamente indicam dificuldades do Tesouro em emitir títulos para rolar a dívida pública. Como mencionado anteriormente, a reserva de liquidez tem permitido ao Tesouro manter o plano original de financiamento em 2022 sem precisar realizar grandes emissões em um ambiente de incertezas e de maior volatilidade.

Ainda de acordo com o Gráfico 16, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) alcançou R\$ 5.331,8 bilhões (57,3% do PIB) em julho, redução de 0,5 p.p. do PIB na comparação com junho e queda de 2,2 p.p. do PIB no confronto com igual mês de 2021. Esse movimento da DLSP em julho foi determinado pelo crescimento do PIB nominal (queda de 0,6 p.p.), pelo superavit primário (redução de 0,2 p.p.) e pela variação da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida (diminuição de 0,2 p.p.), parcialmente compensados pela apropriação de juros nominais (elevação de 0,5 p.p.) e pela apreciação da taxa de câmbio (alta de 0,1 p.p.).

PIB nominal e superavit primário foram compensados pela apropriação de juros e pela apreciação da taxa de câmbio na determinação da dívida líquida até julho. No acumulado de 2022 até julho, a DLSP como proporção do PIB ficou praticamente estável (ligeira alta de 0,1 p.p. do PIB), determinada pela apropriação de juros nominais (aumento de 3,5 p.p.), pela apreciação acumulada de 7,0% da taxa de câmbio (alta de 1,1 p.p.) e pela variação da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida (incremento de 0,9 p.p.), parcialmente compensados pelo aumento do PIB nominal (diminuição de 3,8 p.p.) e pelo superavit primário acumulado (redução de 1,6 p.p.).

GRÁFICO 16. INDICADORES DE DÍVIDA PÚBLICA E PRINCIPAIS COMPONENTES (% DO PIB)



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFI.

Para concluir a presente subseção, a Tabela 15 apresenta as projeções da IFI para a DBGG nos cenários base e alternativo descritos anteriormente. A principal diferença nas premissas reside no resultado primário do setor público consolidado. Nos cenários alternativo e alternativo modificado, o deficit primário fica maior em razão de receitas menores (por causa da prorrogação das desonerações) e de despesas maiores (pagamento do Auxílio Brasil no valor de R\$ 600).

Dívida bruta pode chegar a 81,7% do PIB em 2023. No cenário base, a DBGG deverá encerrar 2022 em 78,1% do PIB e alcançar 80,2% do PIB no próximo ano. No cenário alternativo, a DBGG encerraria 2022 em 78,0% do PIB e subiria a

81,2% do PIB (cenário alternativo) ou 81,7% do PIB (cenário alternativo modificado) em 2023, dependendo da trajetória da despesa.

TABELA 15. PROJEÇÕES PARA A DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL EM 2022 E 2023, NOS CENÁRIOS BASE E ALTERNATIVO (R\$ BILHÕES)

Discriminação	2022		2023		
	Base	Alternativo	Base	Alternativo	Alternativo modificado
Resultado primário do setor público consolidado	1,3%	1,3%	0,1%	-0,4%	-0,9%
PIB nominal (R\$ bilhões)	9.784,87	9.785,20	10.407,87	10.434,47	10.434,47
PIB - cresc. real	2,6%	2,6%	0,6%	1,0%	1,0%
Deflator implícito do PIB	9,9%	9,9%	5,7%	5,5%	5,5%
Taxa implícita real	5,4%	5,4%	4,3%	5,5%	5,5%
DBGG (% do PIB)	78,1%	78,0%	80,2%	81,2%	81,7%

Fonte: IBGE, Banco Central. Elaboração: IFI.

Projeções da IFI

CURTO PRAZO

Projeções da IFI	2022			2023		
	Agosto	Setembro	Comparação	Agosto	Setembro	Comparação
PIB – crescimento real (% a.a.)	1,99	2,61	▲	0,56	0,59	▲
PIB – nominal (R\$ bilhões)	9.744,56	9.784,87	▲	10.382,95	10.407,87	▲
IPCA – acum. (% no ano)	7,19	6,44	▼	5,02	4,92	▼
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	5,26	5,20	▼	5,18	5,22	▲
Ocupação - crescimento (%)	7,06	7,30	▲	0,27	0,28	▲
Massa salarial - crescimento (%)	3,31	4,19	▲	0,56	0,59	▲
Selic – fim de período (% a.a.)	13,75	13,75	=	10,50	10,50	=
Juros reais ex-ante (% a.a.)	6,10	6,03	▼	4,83	4,91	▲
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% do PIB)	0,88	1,33	▲	0,06	0,07	▲
<i>dos quais Governo Central</i>	0,28	0,73	▲	0,06	0,07	▲
Juros Nominais Líquidos (% do PIB)	7,37	7,33	▼	6,31	6,26	▼
Resultado Nominal (% do PIB)	-6,50	-6,00	▲	-6,25	-6,19	▲
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	78,82	78,05	▼	80,85	80,20	▼

ifi



ifi Instituição Fiscal
Independente

 /INSTITUICAOFISCALINDEPENDENTE

 @IFIBrasil

 @ifibrasil

 /company/instituição-fiscal-independente

 /instituiçãofiscalindependente

 github.com/ifibrasil

ifi@senado.leg.br / (61) 3303-2875